

2015



Município de
Viana do Alentejo

Câmara Municipal



[RELATÓRIO DE GESTÃO]



Índice

1. Atividade Municipal	6
1.1. Introdução	6
1.2. Cultura, desporto, tempo livres e juventude	7
1.2.1. Apoios às coletividades	7
1.2.2. Atividades do Cine-teatro Vianense	8
1.2.3. Eventos Culturais de Relevô	10
1.2.4. Tempos Livres	11
1.2.5. Bibliotecas	12
1.2.6. Atividades Desportivas	14
1.2.6.1. Época Balnear nas Piscinas Municipais	14
1.2.6.2. Clube de Saúde Sénior	16
1.2.7. Juventude	16
1.2.7.1. Cartão Jovem Municipal	16
1.2.7.2. Conselho Municipal de Juventude	16
1.3. Ação social e educação	16
1.3.1. Ação social	16
1.3.1.1. Rede Social	16
1.3.1.2. Loja Social	17
1.3.1.3. Banco Local de Voluntariado	17
1.3.1.4. Oferta de Cabazes de Natal	18
1.3.1.5. Gabinete de Inserção Profissional - GIP	19
1.3.1.6. Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso	20



1.3.1.7. Programa "Oficina Domiciliária"	20
1.3.2. Educação	21
1.3.2.1. Universo Escolar - Pré-Escolar e 1º ciclo do Ensino Básico	21
1.3.2.2. Apoio aos Alunos e às Famílias	23
1.3.2.3. Ação Social Escolar	24
1.3.2.4. Transportes Escolares	25
1.3.2.5. Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF)	26
1.3.2.6. Componente de Apoio à Família - CAF	26
1.3.3. Gestão	27
1.3.3.1. Parque Escolar	27
1.3.3.2. Pessoal Não Docente	27
1.3.4. Iniciativas de apoio e promoção da educação no concelho	27
1.3.4.1. Fruta Escolar	27
1.3.4.2. Leite Escolar	28
1.3.4.3. Oficina do Ambiente	28
1.3.4.4. Prémio de Mérito e Bolsas de Estudo	29
1.4. Turismo	29
1.5. Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial	32
1.5.1. Apoio ao Empresário Empreendedor	32
1.5.2. Serviços protocolados com a DECO	32
1.5.3. Projetos Financiados	32
1.6. Habitação e gestão urbanística	35
1.7. Água e resíduos sólidos	36



1.7.1. Água	36
1.7.2. Resíduos sólidos urbanos	37
1.7.3. Resíduos recicláveis	37
2. Análise orçamental, económica e financeira	40
2.1. Análise orçamental	40
2.1.1. Receita	43
2.1.1.1. Receitas correntes	44
2.1.1.2 Receitas de capital	46
2.1.2. Despesa Paga	48
2.1.2.1. Despesas Correntes Pagas	50
2.1.2.2. Despesas de Capital Pagas	51
2.1.3. Despesa nas suas diferentes fases	53
2.2. Análise das Grandes Opções do Plano	56
2.3. Recursos humanos	59
2.4. Transferências para as freguesias	60
2.5. Análise económica e financeira	61
2.5.1. Custos	61
2.5.2. Proveitos	62
2.5.3. Resultados	63
2.5.4. Endividamento	64
2.5.4.1. Curto Prazo	64
2.5.4.2. Médio e Longo Prazo	64
2.5.4.3. Rácios de endividamento	66



2.5.4.4. Limite da Dívida Total	66
2.5.5. Valores a receber de terceiros	68
3. Afectação dos resultados do exercício	70
4. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício	70
5. Sistema de contabilidade de custos	71



1. Atividade Municipal

1.1.Introdução

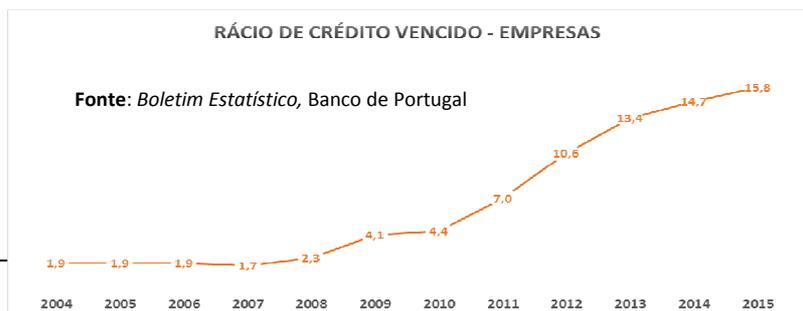
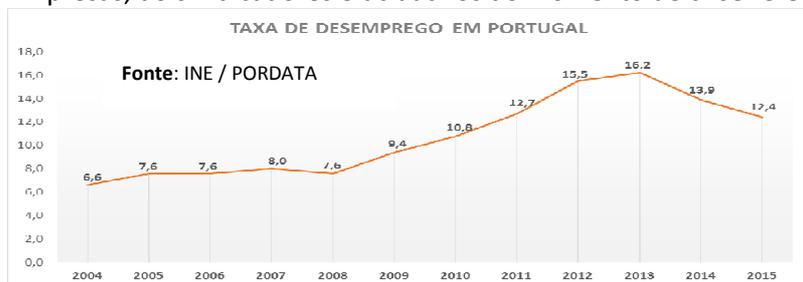
Em 2015, a semelhança dos últimos anos, e segundo vários organismos nacionais e internacionais, a economia mundial manteve o seu percurso de abrandamento, ao contrário da Zona Euro, que apresentou um ligeiro crescimento face ao ano anterior, acompanhada pela maioria dos seus membros, como se previa, devido essencialmente a redução dos custos energéticos e as taxas de juros muito baixas.

A economia portuguesa continuou o processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos apresentando em 2015 um crescimento positivo acima do ano anterior, mas ainda insuficiente para as reais necessidades da situação económica do país. Para tal, contribuíram as exportações e a recuperação económica de alguns países nossos parceiros, como a Espanha, a França e a Itália. Apesar das taxas de desemprego continuarem muito elevadas, com implicações sociais negativas, mantiveram contudo uma tendência de descida, embora seja necessário analisar outras variáveis, nomeadamente relacionadas com a emigração.

A semelhança das restantes, a nossa autarquia tem sido fortemente afetada pelas políticas recessivas dos governos centrais, principalmente no que diz respeito ao seu nível de financiamento e à sua capacidade e a sua autonomia de gestão. Como temos vindo a afirmar, foram efetuadas alterações legislativas, com incidência nas Autarquias Locais que são violadoras da autonomia do poder local e que se revelaram suscetíveis de colocar em causa o serviço que é prestado às populações. Apesar de tudo, temos conseguido manter as nossas atividades essenciais, tentando melhorar e também introduzir novas componentes em várias áreas.

É pois nesta conjuntura extremamente difícil que a Câmara Municipal de Viana do Alentejo apresenta as suas contas referentes ao ano de 2015, as quais continuam a evidenciar uma situação financeira estável e equilibrada, que poderá ser melhor analisada e aferida no documento agora elaborado. Para além dos mapas contabilísticos oficiais, apresentamos uma breve análise orçamental, económica e financeira. É apresentado ainda o relatório de atividades, referentes ao ano de 2015.

Deixamos a evolução da taxa de desemprego desde 2004 e a evolução do Crédito Vencido das Empresas, dois indicadores elucidativos do momento de crise referido anteriormente:



O Presidente da Câmara

Bernardino Pinto



1.2. Cultura, desporto, tempos livres e juventude

1.2.1. Apoios às coletividades

As organizações culturais, de lazer e desportivas têm um papel fundamental no desenvolvimento cultural, recreativo, desportivo, juvenil, social e cívico do Concelho de Viana do Alentejo.

As atividades desenvolvidas pelas organizações, no Município de Viana do Alentejo, centraram-se essencialmente no cumprimento dos seus planos de atividades, no apoio e participação em eventos municipais e de outras entidades/organizações do Concelho, com vista à promoção do património cultural, ocupação de tempos livres, animação e dinamização do Concelho de Viana do Alentejo.

O Município reconhece e valoriza o importante papel desenvolvido pelos agentes associativos no desenvolvimento social e humano do território concelhio pelo que se torna fundamental dar continuidade à cooperação entre a autarquia e as organizações culturais, desportivas, recreativas, socioeducativas, de juventude e/ou outras sedeadas e/ou com atividades no Concelho.

No ano de 2015, o apoio corrente e capital concedido totalizou o valor de 234.809,01€ e o apoio logístico totalizou o valor de 35.711,08€. Ao longo deste ano, a soma de todos os apoios concedidos totaliza o valor de 270.520,09€.

Os valores encontram-se discriminados por entidade, tal como se pode observar no quadro a seguir mencionado.

Quadro 1 – Apoio corrente, capital e em espécie concedido pelo Município de Viana do Alentejo às organizações do Concelho no ano de 2015.

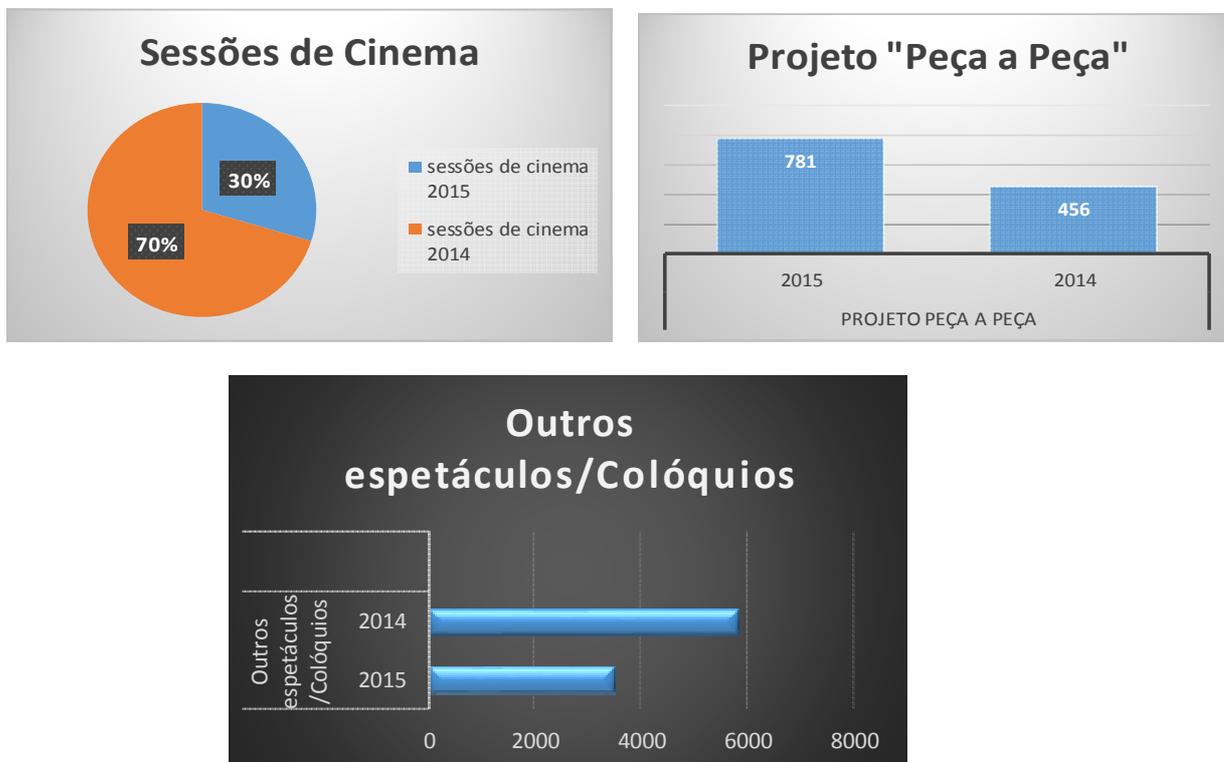
Denominação	Subsídio em numerário	Subsídio em Espécie	Total
A.D.I.A. - ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS IDOSOS DE AGUIAR	400,00 €	599,29 €	999,29 €
AJAL - ASSOCIAÇÃO DE JOVENS DE ALÇAÇOVAS	6.267,00 €	1.142,22 €	7.409,22 €
ALCACOVAS ATLETICO CLUBE	8.056,16 €	1.435,12 €	9.491,28 €
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DAS ALÇAÇOVAS	2.525,00 €	329,90 €	2.854,90 €
ASSOC.TERRA MAE-LAR E CENTRO ACOLH.CRIANÇAS/JOVENS-ALÇAÇOVAS	5.450,00 €	46,76 €	5.496,76 €
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA ALÇAÇOVENSE	10.892,00 €	3.744,80 €	14.636,80 €
ASS. DE PAIS E ENC. DE EDUCAÇÃO DOS ALUNOS DA ESCOLA EBI/JI ALÇAÇ.	- €	72,95 €	72,95 €
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENC. EDUC. DO AGRUP. ESCOLAS DE VIANA E AGUIAR	200,00 €	- €	200,00 €
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DOS CAÇADORES E PESCADORES DE AGUIAR	1.400,00 €	- €	1.400,00 €
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS AGUIARENSES	400,00 €	1.984,15 €	2.384,15 €
ASSOCIAÇÃO HUMANITARIA DOS BOMBEIROS VOLUNTARIOS DE VIANA DO ALENTEJO	42.605,55 €	1.391,23 €	43.996,78 €
ASSOCIAÇÃO DO GRUPO CORAL FEMININO - CANTARES DE ALÇAÇOVAS	1.877,50 €	1.859,15 €	3.736,65 €
ASSOCIAÇÃO EQUESTRE DE VIANA DO ALENTEJO	11.362,00 €	1.234,11 €	12.596,11 €
ASSOCIAÇÃO GRUPO DE CANTARES POPULARES "SEARA NOVA"	8.737,52 €	1.224,35 €	9.961,87 €
ASSOCIAÇÃO REFORMADOS DE ALÇAÇOVAS	- €	631,47 €	631,47 €

**[RELATÓRIO DE GESTÃO]**

ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS E PENSIONISTAS E IDOSOS DE VNT	2.400,00 €	1.256,12 €	3.656,12 €
ASSOCIAÇÃO TAUROMÁQUICA ALÇAÇOVENSE	4.850,00 €	- €	4.850,00 €
CASA DO BENFICA EM VIANA DO ALENTEJO	400,00 €	- €	400,00 €
CENTRO INFANTIL DO IMACULADO CORACAO DE MARIA	3.100,00 €	1.223,22 €	4.323,22 €
CLUBE AMADORES DE PESCA DE VIANA DO ALENTEJO	4.808,12 €	- €	4.808,12 €
CLUBE ALENTEJANO DE DESPORTO "OS VIANENSES"	5.689,80 €	- €	5.689,80 €
CRUZ VERMELHA EM ALÇAÇOVAS	17.650,00 €	- €	17.650,00 €
CULARTES - COOPERATIVA CULTURAL	5.335,40 €	- €	5.335,40 €
FABRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE AGUIAR	3.000,00 €	96,18 €	3.096,18 €
FABRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE ALÇAÇOVAS	400,00 €	6.332,69 €	6.732,69 €
FABRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE VIANA DO ALENTEJO	- €	1.941,50 €	1.941,50 €
GRUPO ASSOCIATIVO DE JOVENS DE AGUIAR	600,00 €	- €	600,00 €
GALOPAR & PEDALAR - CLUBE	1.108,58 €	23,44 €	1.132,02 €
GRUPO CORAL DOS TRABALHADORES DAS ALÇAÇOVAS	2.327,90 €	919,56 €	3.247,46 €
GRUPO CORAL E ETNOGRÁFICO DE VIANA DO ALENTEJO	1.568,80 €	371,15 €	1.940,15 €
GRUPO CORAL FEMININO DE VIANA DO ALENTEJO	1.698,29 €	1.090,86 €	2.789,15 €
GRUPO CORAL VELHA GUARDA DE VIANA DO ALENTEJO	2.762,59 €	1.084,49 €	3.847,08 €
GRUPO CULTURAL E DESPORTIVO DE AGUIAR	6.397,28 €	1.263,50 €	7.660,78 €
GRUPO MOTARD "OS XANANAS" DE VIANA DO ALENTEJO	700,00 €	- €	700,00 €
NUCLEO SPORTINGUISTA "OS LEOES DE VIANA DO ALENTEJO"	- €	353,80 €	353,80 €
SANTA CASA DA MISERICORDIA DE VIANA DO ALENTEJO	- €	89,25 €	89,25 €
SOCIEDADE UNIAO ALÇAÇOVENSE	4.964,76 €	425,22 €	5.389,98 €
SPORT CLUBE ALÇAÇOVENSE	34.243,66 €	967,47 €	35.211,13 €
SPORTING CLUBE DE VIANA DO ALENTEJO	30.631,10 €	2.576,93 €	33.208,03 €
TOTAL	234.809,01 €	35.711,08 €	270.520,09 €

1.2.2. Atividades do Cineteatro Vianense

No que respeita à dinamização do **Cineteatro Vianense**, destaca-se na área da programação o **cinema e o teatro**, com sessões de cinema, todos os fins-de-semana, exceto em agosto, e o Programa Peça a Peça, com uma peça, pelo menos, em cada 3 meses. Pontualmente acontecem espetáculos, sobretudo musicais, inseridos nas comemorações municipais, e ainda outras atuações e/ou celebrações promovidas pela autarquia ou por outras entidades do Concelho ou fora dele.

Gráfico 1 - Afluência do público - Análise comparativa por categoria 2014/2015.

Fonte: CMVA | DDSH

Estabelecendo uma comparação entre os dados registados em 2014 e os dados de 2015, registamos uma **redução** no número de espectadores na categoria "**Cinema**", com menos sessões programadas, constata-se a redução de público neste tipo de programação. A média de espectadores por sessão foi negativa, face à média registada em 2014, em 4 dos 4 trimestres anuais. **A impossibilidade de selecionarmos filmes recentemente estreados, devido à inexistência de estreias em 35mm.** e o facto de não termos adaptado, ainda, a projeção ao formato digital, diminui o interesse do público pelos filmes exibidos, pois já não são os mais recentes. No decorrer do ano 2015 foram realizadas 28 sessões de cinema, com a apresentação de filmes de vários géneros, verificando-se um maior destaque de assistência nos **filmes de animação**, filmes de **Ação Aventura**. Outro género de filmes que reúnem unanimidade da assistência são os filmes de **terror**.

Relativamente ao **Programa "Peça a Peça"** a assiduidade dos espectadores **Teve um aumento face ao registado no ano de 2015.**

Das quatro peças de teatro apresentadas em 2015 tiveram destaque, em termos de assistência, a peça "Uma Casa de Gente Muito Safada", promovida pelo grupo **Restolho- Seara Nova**.

Relativamente a "**Espectáculos/Colóquios**" e outros eventos, verifica-se uma redução no que diz respeito ao número global de espectadores nesta categoria, tendo sido realizados menos 22 espetáculos/eventos, comparativamente com o ano anterior, nomeadamente pela supressão da iniciativa "**Cinema dos Avós** e pela diminuição de atividades de ocupação dos tempos livres, dirigidas à população infanto-juvenil, que em 2013 integravam a programação do Serviço Educativo do Projeto TEIAS, financiado pelo INALENTEJO.



1.2.3. Eventos Culturais de Relevância

Relativamente a outros espetáculos e comemorações culturais, destaque para as **Comemorações do 41º Aniversário da Revolução de Abril**, que decorreram durante o mês de abril com exposições, teatro, tertúlias, espetáculos, a tradicional caminhada de abril e outras atividades desportivas.

Destacar ainda a **15ª edição da Romaria a Cavalos** que bateu todos os recordes. A cavalo ou de charrete são, cada vez mais, as pessoas que se juntam para participar na Romaria, tendo este ano batido todos os recordes, com mais de **600 romeiros inscritos de todo o país** – Aveiro, Moita, Poceirão, Guimarães, Viana do Alentejo, Évora - à chegada e perto de **1000 cavalos**. Uns vêm pela fé, outros pelo convívio que impera durante os quatro dias do percurso. A programação cultural contou com espetáculos de dança, sevilhanas e flamengo, bandas e fanfarras, música popular, e claro, com um programa religioso com duas procissões e com a bênção das imagens de N.ª Sr.ª D’Aires e N.ª Sr.ª da Boa Viagem.

3ª Edição da **Pedreira dos Sons**, uma iniciativa integrada no **projeto municipal Saber dos Sons** promovida pelo **Município de Viana do Alentejo e pela Escola de Artes da Universidade de Évora**, com a prestimosa colaboração do maestro **Christopher Bochmann** e da associação **CulArtes**.

Aguiar foi também palco, em junho, da **Festa da Primavera**, que contou com a realização de várias atividades desportivas: Torneio de Futsal Bairros do Concelho, Caminhada da Primavera, Passeio de BTT, Jogo de Futsal feminino, demonstrações do “Clube de Saúde Sénior” e do Grupo Fit de Aguiar, a secção de Hip-Hop do Grupo Cultural e Desportivo de Aguiar e 1º Passeio Panorâmico a Cavalos, o Torneio da Malha e uma demonstração de Petanca.

A **18ª edição da Semana Cultural** voltou a animar a Vila de Alcáçovas na última semana de junho. Música popular, grupos corais, palestre, tasquinhas, artesanato e exposições foram alguns dos ingredientes que fizeram da vila de Alcáçovas um polo cultural. Em termos musicais o destaque foi para o fado, o Encontro de Cavaquinhos, as tunas.

Os Fadistas José Gonzalez, Joana Amendoeira e Filipa Cardoso encerraram a edição de 2015 da Feira do Chocalho, em Alcáçovas, com uma grande noite de fado.

A semana cultural que antecede a Feira D’Aires foi mais um sucesso. A iniciativa **“Viana em Festa**.

A Feira D’Aires, que conta com 264 anos de existência, cumpriu mais uma vez a tradição. O certame decorreu no parque de feiras junto ao Santuário de N.ª Sra. D’Aires, esta foi mais uma edição que cumpriu os objetivos previstos para a iniciativa. A Feira, organizada em 3 grandes áreas, contou com exposição e venda de artesanato, bijuteria, vestuário, os tradicionais chocalhos de Alcáçovas ou barro de Viana, entre tantos outros produtos e serviços. Na zona de tasquinhas, chamada “Tenda das Tradições”, os visitantes puderam experimentar produtos tradicionais da terra, que fazem as delícias dos mais gulosos, com muita animação no palco das tradições onde se assistiu a danças do concelho, cante alentejano, música tradicional e o VI Festival de Folclore Feira D’Aires. De salientar ainda as atividades tauromáquicas e religiosas, no domingo, com a tradicional Corrida de Touros e a missa e procissão em torno do Santuário.



O balanço é positivo quer pela afluência de visitantes que, por tradição, visitaram a feira, quer ainda, pelo número de expositores presentes no certame.

Foi em ambiente natalício que decorreu a **XVI Edição da Mostra de Doçaria**, como sempre no 1º fim-de-semana de dezembro, e que levou milhares de visitantes a Alcáçovas, por esta altura, capital da doçaria conventual e palaciana. Às estrelas do certame – Bolo Real, Volo Conde de Alcáçovas, Sardinhas Albardadas e Amores de Viana – juntaram-se muitas outras que atraem, cada vez mais, visitantes de várias regiões do país e até do estrangeiro, tendo o Município registado uma afluência de visitantes espanhóis, e outros, oriundos da área metropolitana de Lisboa, nomeadamente, do Seixal, Barreiro, Almada, Pinhal Novo e Montijo, e claro, muitos residentes no concelho, com particular enfoque, como não podia deixar de ser, para os alcaçovenses que receberam todos com a fraternidade e cuidado que como só os alentejanos sabem receber. À semelhança de anos anteriores a 16ª edição contou com muita animação. Como não podia deixar de ser, o cante alentejano também subiu ao palco com os grupos corais do Concelho.

1.2.4. Tempos Livres

Tabela 1 - Férias de Verão – Programa Summer

Programa Summer		
Descrição	Summer 2014	Summer 2015
N.º Participantes	180	191
N.º Monitores	23	32

Fonte: DDSH-Sector Desporto

A Tabela acima indica o nº de participantes e monitores nas edições de 2014 e 2015, constatando-se um aumento quer do nº de participantes quer do nº de voluntários/monitores, em 2015.

Manteve-se o número e diversidade de atividades e alterou-se o modelo de organização e execução do programa assente num modelo de coresponsabilização, parceria e proximidade. Neste contexto, estabeleceu-se uma parceria, em que as entidades coordenadoras locais, Associação de Pais de Viana do Alentejo e Aguiar, Junta de Freguesia de Alcáçovas e Associação Terra Mãe, no âmbito dos direitos e deveres de cada uma, coube-lhes a gestão das atividades, inscrições, despesas e receitas.

No que concerne às atividades realizadas, constata-se que todas as entidades realizaram praticamente o mesmo número de atividades, existindo no entanto diversidade na oferta entre cada programa/freguesia, muitas vezes resultado da dinâmica associativa local e da oferta cultural e de equipamentos em cada freguesia. **De salientar, que a edição de 2015 contou com a parceria de 30 Associações/Clubes do nosso Concelho, tornando-a na edição que contemplou o maior número de parcerias concretizadas ao abrigo deste programa municipal.**



Destacam-se, para além da atividade desportiva da manhã e da piscina à tarde, as oficinas de Olaria e do Cante Alentejano, os *workshops* de Cuidados com a Saúde, proteção civil/"Bombeiros por um dia" e de Teatro, que vieram complementar e enriquecer o programa de atividades.

As visitas de estudo em cada quinzena foram outra atividade muito apreciada pelas crianças, nomeadamente, as visitas de Estudo ao Estádio e Museu do Sporting Clube de Portugal, ao Jardim Zoológico e ao Badoca Safari Park.

1.2.5. Bibliotecas

A Biblioteca Municipal de Viana do Alentejo e os Polos de Alcáçovas e de Aguiar disponibilizaram, em 2015, um total de **435 novos documentos**, assim distribuídos: 412 livros (infantis, juvenis e adultos) e 23 DVD. A estes acresce a disponibilização diária de várias publicações periódicas, jornais, revistas e outras.

No que respeita aos atendimentos realizaram-se **12.427 atendimentos ao público**, menos 2.993 face aos 15.420 atendimentos de 2014. Em Aguiar registaram-se 3.921 atendimentos, 3.331 em Alcáçovas e 5.175 em Viana do Alentejo. **Inscreveram-se 34 novos utilizadores**, 2 em Aguiar, 7 em Alcáçovas e 25 em Viana do Alentejo.

Quadro 2 - Empréstimos por tipologia e freguesia | 2015

Freguesia	Livros	DVD's	Pub. Periódicas	Total
Aguiar	260	11	47	318
Alcáçovas	369	16	87	472
Viana do Alentejo	932	245	161	1338
Total	1561	272	295	2128

Fonte: BMVA

Quadro 3 - Evolução do nº de empréstimos por freguesia 2014 | 2015

Freguesia	2014	2015	Diferença
Aguiar	729	318	-411
Alcáçovas	715	472	-243
Viana do Alentejo	2375	1338	-1037
Total	3819	2128	-1691

Fonte: BMVA



Nos **espaços internet** receberam-se **6.011 utilizadores** (1.624 em Aguiar, 1.051 em Alcáçovas, 3.336 em Viana do Alentejo).

No âmbito do **empréstimo inter-bibliotecas** o quadro nº 3 traduz a realidade de 2015.

Quadro 4 - Empréstimos entre Bibliotecas | 2015

Biblioteca	Nº de Empréstimos	
	À BMVA	Da BMVA
Beja	3	3
Silves	2	0
Total	5	3

Fonte: BMVA

Assegurou-se o funcionamento do **Arquivo Histórico Municipal** e iniciou-se a o projeto de digitalização de documentos de maior relevância histórica. O arquivo foi **consultado por 3 investigadores**, um dos quais consultou-o 4 vezes.

No que respeita ao **Banco de Manuais Escolares do Concelho de Viana do Alentejo (BMEVA)**, relativamente ao **ano letivo 2014/2015**, foram **doados ao Banco de Manuais Escolares 559 manuais** disponibilizados na **base dados on-line**.

Quadro 5 - Banco de Manuais Escolares 2014 | 2015

Ano Letivo	Empréstimos	Doações	Utilizadores
2014/2015	174	559	45
2013/2014	184	409	57
Diferença	-10	+150	-12

Fonte: BMVA

**Quadro 6 - Partilhas Entre Bancos de Manuais Escolares 2014 | 2015**

Banco de Manuais	Nº de Cedências ao BMEVA	Nº de Doações do BMEVA
Elvas	0	25
Total	0	25

Fonte: BMVA

A Biblioteca concretizou ainda **outras atividades**, para além do normal funcionamento dos equipamentos, nomeadamente, através da colaboração com a campanha Papel por Alimentos, gestão da página eletrónica da biblioteca, reorganização de espaços para acolher atividades de animação e cultura, entre outras.

Para além do mencionado anteriormente, as Bibliotecas do Concelho organizaram a atividade **1º Encontro de Poetas Populares do Concelho de Viana do Alentejo**.

Coorganizaram e deram apoio a várias atividades e projetos culturais, desportivos e lúdicos, promovidos pela autarquia e outras entidades, ao longo do ano de 2015, como por exemplo, a Romaria a Cavalo, *Summer*, Feira d'Aires, Mês do Idoso, Festa da Primavera, Mostra de Doçaria, Universidade Sénior, entre outras.

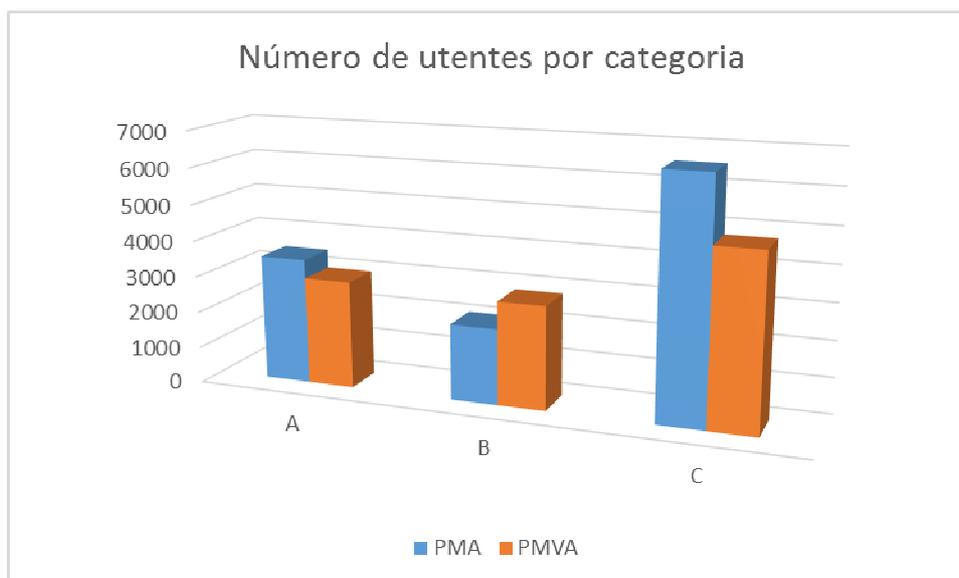
1.2.6. Atividades Desportivas

1.2.6.1. Época Balnear nas Piscinas Municipais

Durante a época balnear de 2015, as Piscinas Municipais de Viana do Alentejo (PMVA) e as Piscinas Municipais de Alcáçovas (PMA) encontraram-se abertas ao público desde 20 de Junho até 13 de Setembro. As PMVA e as PMA estiveram encerradas para manutenção, respetivamente, às segundas e terças-feiras. Na época balnear de 2015 registaram-se mais entradas nas PMA comparativamente às PMVA, ocorreram 12 136 entradas em Alcáçovas e 10 583 em Viana do Alentejo. Para melhor se interpretar o gráfico seguinte importa referir que existem 3 categorias de ingressos nas piscinas municipais do concelho, sendo elas:

- Categoria A – Crianças até aos 10 anos de idade e adultos com idade igual ou superior a 65 anos;
- Categoria B – Crianças e adolescentes dos 11 aos 17 anos de idade;
- Categoria C – Jovens adultos e adultos dos 18 aos 64 anos de idade.

O Gráfico 1 demonstra as quantidades dos vários bilhetes vendidos em ambos os equipamentos desportivos.

Gráfico 2 - Comparação dos bilhetes vendidos por categorias e por piscina

Fonte: DDSH – Sector Desporto

A. Época de Inverno – Piscina Municipal de Alcáçovas

Considerando que o presente relatório reúne informação do ano civil de 2015, considerar-se-ão das seguintes temporadas e fases:

- Temporada 2014/15 – Janeiro a Maio de 2015

Tabela 1 - Frequência Janeiro e Maio de 2015 nas PMA

Modalidade de fidelização	Utilizações
Utilização livre	472 Utilizações livres
Aulas Semanais	91 Mensalidades

- Temporada 2015/16 – Outubro a Dezembro de 2015

Tabela 2 - Frequência entre Outubro e Dezembro de 2015 nas PMA

Modalidades de fidelização	Utilizações
Utilização livre	212 Utilizações Livres
Aulas Semanais	94 Mensalidades



1.2.6.2. Clube de Saúde Sénior

O Clube de Saúde Sénior (CSS) desenvolve-se durante todo o ano, havendo paragens apenas nas principais festividades e no mês de julho e agosto. A equipa multidisciplinar que desenvolve o CSS desenvolveu várias atividades ao longo do ano de 2015, sempre no âmbito de um estilo de vida ativo e saudável.

A tabela 4 resume a dinâmica semanal de operacionalização do projeto em questão.

Tabela 3 - Dados CSS

Freguesia	Dia da Semana	Horário	N.º Alunos	Local
Aguiar	Segunda-feira	15h00	16	Sala da antiga cooperativa
Alcáçovas	Sexta-feira	14h30	5	Sala Multiusos da Santa Casa
		15h00	10	
Viana do Alentejo	Quarta-feira	15h00	22	Sala Multiusos da Santa Casa

1.2.7. Juventude

1.2.7.1. Cartão Jovem Municipal

No seguimento da assinatura do acordo para implementação do Cartão Jovem Municipal de Viana do Alentejo (CJMVA) entre o Município de Viana do Alentejo e a Movijovem (Instituto Português do Desporto e Juventude), em 2015 foram vendidos 10 cartões jovens municipais.

1.2.7.2. Conselho Municipal de Juventude

No ano de 2015 realizou-se uma reunião com os conselheiros municipais de juventude. Este Conselho é o órgão consultivo do município sobre matérias relacionadas com a política de juventude. O Conselho Municipal de Juventude reuniu para emissão de parecer obrigatório, não vinculativo, sobre as seguintes matérias:

- Linhas de orientação geral da política municipal para a juventude, constantes do plano anual de atividades;
- Orçamento municipal, no que respeita às dotações afetas às políticas de juventude.

1.3. Ação Social e Educação

1.3.1. Ação Social

1.3.1.1. Rede Social

A Câmara Municipal é promotora do Programa **Rede Social** no Concelho de Viana do Alentejo. A DDSH através dos serviços de Ação Social é responsável pelo desenvolvimento do Conselho Local de Ação Social (CLAS). Estando em vigor o Plano de Desenvolvimento Social 2014-2016, no ano de 2015, realizaram-se três reuniões do plenário do CLAS de Viana do Alentejo. Foram desenvolvidas cinco reuniões do Núcleo executivo do CLAS de Viana do Alentejo. No ano de



2015, o CLAS de Viana do Alentejo fez-se igualmente representar, em três reuniões da Plataforma Territorial Supraconcelhia.

1.3.1.2. Loja Social

Durante o ano de 2015, a Loja Social do concelho de Viana do Alentejo continuou a apoiar novas famílias e novos utentes. A Loja Social continuou também com a **campanha “Troca por Troca”** em que é possível aos munícipes receberem um bem após doação de um outro bem. Esta campanha serve para combater a pobreza envergonhada e, ao mesmo tempo, divulgar a Loja Social na comunidade. A Loja Social manteve a parceria com um Pólo em Alcáçovas alojado nas instalações da Associação Terra Mãe e com a colaboração da Terras Dentro – Associação para o Desenvolvimento Integrado.

A Loja Social colaborou no desenvolvimento do **mercado solidário** em colaboração com o CLDS+ em que a venda de peças de roupa a custos simbólicos no Mercado Municipal de Alcáçovas, reverteu para a Associação Terra Mãe.

Com enquadramento no Mês Sénior, realizou-se no Cineteatro o terceiro **aniversário da Loja Social** no dia 31 de Outubro.

Foi estabelecido um acordo informal com Delegado de Saúde do Concelho de Viana do Alentejo para alargar algum apoio urgente através da disponibilização de alguns bens a famílias do Concelho e a famílias de concelhos limítrofes.

1.3.1.3. Banco Local de Voluntariado

Em 2015 há a registar a **participação de 11 organizações** promotoras de voluntariado em respetivamente 21 projetos. Estão registados 34 voluntários com programa de voluntariado no terreno e 48 voluntários a aguardar um programa de voluntariado para inserção.

Tabela 5 - Organizações Parceiras do BVVA | Prog. de Voluntariado

Nome da Organização Promotora	Programa de Voluntariado
Agrupamento de Escolas do Concelho de Viana do Alentejo	Acompanhamento de alunos na sala polivalente da EBI de Alcáçovas
	Auxílio na limpeza do Centro Escolar de Viana do Alentejo
Agrupamento de Escuteiros 820 Viana do Alentejo	Banco alimentar e de bens doados a ser prosseguida por voluntários
Amigos das Alcáçovas, Associação de Defesa do Património	Criar “guias” para receber e acompanhar visitantes dos patrimónios, quer históricos, quer tradicionais/regionais.
Associação dos Amigos Aguiarenses	Apoio no desenvolvimento de Atividades de Tempo Livres para crianças dos 6 aos 13 anos.
Associação Terra Mãe e Terras Dentro – Associação para o Desenvolvimento Integrado	Voluntariado de apoio à comunidade (Loja Social e alimentos), voluntariado jovem e voluntariado de apoio a adultos dependentes.

Fonte: BVVA

**Tabela 6 - Organizações Parceiras do BVVA | Prog. de Voluntariado (cont.)**

Nome da Organização Promotora	Programa de Voluntariado
Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo	Projeto de apoio a idosos
Santa Casa da Misericórdia de Alcáçovas	Projeto para constituir um grupo que contribua para a humanização dos cuidados aos idosos em Lar, abrindo a Misericórdia à Comunidade
Fábrica da Igreja Paroquial de Viana do Alentejo	Apoio no desenvolvimento de limpezas gerais no interior e exterior, colocação de fotografias, iluminação e pinturas na espaço envolvente do Santuário Sr.ª D'Aires a ser prosseguidas por voluntários
Junta de Freguesia de Alcáçovas	Partilhar: crescer a aprender. Partilha de conhecimentos entre os mais idosos da nossa Freguesia, as crianças e os jovens
Terras Dentro – Associação para o Desenvolvimento Integrado	Voluntariado de organização de eventos de âmbito ambiental, desenvolvimento local e apoio logístico
Município de Viana do Alentejo	Apoio no desenvolvimento do Cineteatro Vianense.
	Apoio no desenvolvimento da Loja Social de Viana do Alentejo
	Acompanhamento de crianças no período de Verão em atividades desportivas e culturais (Viana Summer)
	Universidade Sénior
	Aulas de natação no período de Verão na Piscina Municipal de Viana do Alentejo e Alcáçovas
	Apoio no desenvolvimento da Oficina Aberta – uma janela para o futuro.
	Apoio no desenvolvimento da Praia – Ida e Volta.
	Apoio ao Jardim-de-Infância de Aguiar.
	Apoio à higiene e limpeza da Biblioteca Municipal de Viana do Alentejo
Apoio à organização de eventos	

Fonte:BVVA

1.3.1.4. Oferta de Cabazes de Natal

O Município de Viana do Alentejo colaborou com a instituição sem fins lucrativos **“Coração Delta – Associação de Solidariedade Social”** que desenvolve atividades em diversos âmbitos e, neste caso, em particular, no apoio à terceira idade. Sendo uma das grandes lacunas, a solidão



com que se deparam os idosos, a Associação Coração Delta criou em 2009, o projeto “Tempo Para Dar” em parceria com a SIC Esperança, com o objetivo de colmatar a solidão e as necessidades sentidas pelos idosos. Neste âmbito, o projeto “Tempo para Dar”, em 2015, ofereceu **20 Cabazes de Natal aos idosos** mais carenciados do Concelho de Viana do Alentejo. No ano de 2015, o Município de Viana do Alentejo também colaborou na oferta de Cabazes de Natal por parte das Juntas de Freguesia e da Associação Terra Mãe e atribuição de Cabazes de Natal com a Cáritas.

1.3.1.5. Gabinete de Inserção Profissional - GIP

Os Gabinetes de Inserção Profissional (GIP) são estruturas de apoio ao emprego, que funcionam em estreita cooperação com os serviços de emprego e destinam-se a apoiar os desempregados na sua inserção ou reinserção profissional.

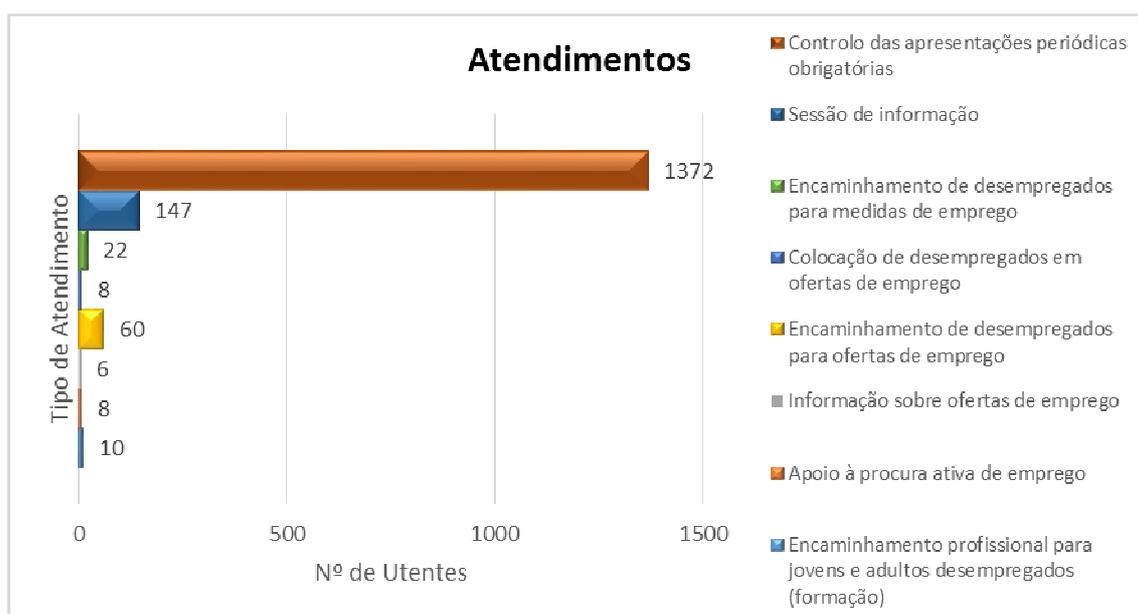
Os GIP funcionam através da celebração de contratos de objetivos, celebrados entre os serviços de emprego e a entidade promotora, onde constam as atividades a desenvolver e os objetivos quantitativos a atingir.

Relativamente aos atendimentos a desenvolver pelos GIP, distribuem-se pelas seguintes atividades:

- Encaminhamento profissional para jovens e adultos desempregados (formação);
- Apoio à procura ativa de emprego;
- Encaminhamento e colocação de desempregados em ofertas de emprego;
- Encaminhamento de desempregados para medidas de emprego;
- Controlo das apresentações periódicas obrigatórias;
- Sessões de informação para desempregados com vista à divulgação de medidas de apoio ao emprego

No ano 2015, o GIP de Viana do Alentejo contabilizou um total de **1633 atendimentos a desempregados**, distribuídos pelas diferentes atividades, conforme o gráfico seguinte:

Gráfico 3 - Nº de atendimentos - GIP



Fonte: CMVA | DDSH

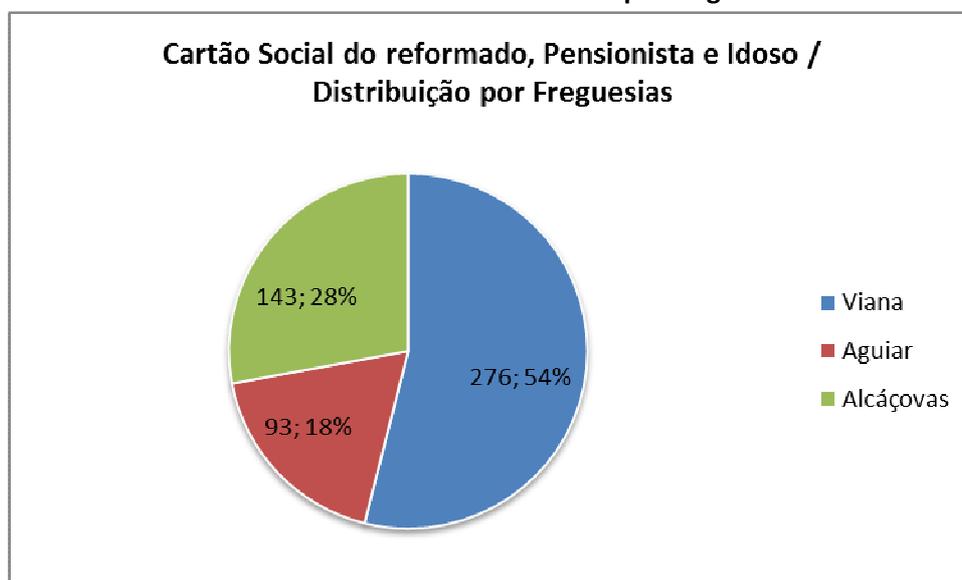
1.3.1.6. Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso

No âmbito do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso, durante o ano de 2015, foram recebidos no Município **58 pedidos de atribuição** do cartão, sendo **56 atribuídos e 2 aguardam decisão** por falta de documentos.

Estes Municípes passaram a beneficiar não só de uma redução de 50% no pagamento de taxas e licenças municipais e outros serviços, como também a usufruir dos serviços da “Oficina Domiciliária” e de descontos em empresas/comerciantes do Concelho.

No que respeita à distribuição por freguesia dos 512 cartões atribuídos e ativos em 2015, destaca-se a freguesia de Viana do Alentejo, com o maior número de beneficiários, seguida de Alcáçovas e Aguiar conforme gráfico seguinte:

Gráfico 4 - Nº e % de Beneficiários por freguesia



Fonte: CMVA | DDSH

1.3.1.7. Programa “Oficina Domiciliária”

A “Oficina Domiciliária” tem como princípio a execução de pequenas obras de reparação e conservação na habitação dos beneficiários do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso, até ao valor global de 400€ de dois em dois anos, por habitação e em habitações permanentes dos requerentes. Desde 2009, data da sua criação, até 2015, a Câmara recebeu **um total de 384 pedidos e concretizou 295, com um investimento total de 95.875,22 €** em 5 anos de vigência desta medida de apoio aos idosos do concelho.



1.3.2. Educação

Na área da Educação, os municípios possuem um vasto conjunto de competências e atribuições, no ensino pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico, que se traduzem, no concelho de Viana do Alentejo, nas seguintes áreas de ação:

- Área da Gestão: Parque escolar, gestão do pessoal não docente, presidência do Conselho Municipal de Educação, celebração e acompanhamento de Protocolos de Cooperação com o AEVA, por ano letivo e integração do Conselho Geral do Agrupamento de Escola de Viana do Alentejo (D.L n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 224/2009, de 11 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho);
- Área do Apoio aos Alunos e Famílias: Ação Social Escolar (ASE); Transportes Escolares; Componente de Apoio à Família (CAF) – 1.º Ciclo e Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) – Educação Pré-Escolar.

Para além das competências que decorrem da lei, o Município de Viana do Alentejo, desenvolve ainda um vasto conjunto de iniciativas de apoio e promoção da educação no concelho, tais como:

- Regime de Fruta Escolar (RFE) para 1º ciclo (cofinanciado pelo Ministério da Agricultura) e fornecimento de fruta para o Pré-escolar, financiamento próprio;
- Atividades extra- Curriculares de animação infantil (Dia Mundial da Criança e Festa de Natal);
- Projeto Educativo Municipal para o Ambiente “Oficina do Ambiente” – triénio 2014-2017;
- Bolsas de Estudo para Ensino Superior;
- Prémio de Mérito para Melhores Alunos do Ensino Secundário do curso científico-humanístico e do curso profissional tecnológico;
- Apoio logístico e técnico, mediante solicitações, a atividades desenvolvidas pelos alunos e professores;
- Entidade recetora de estágios curriculares dos Cursos de nível básico da educação com as áreas Vocacionais de Agricultura, Eletricidade e Artes Manuais do Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo;
- Banco de Manuais Escolares.

1.3.2.1. Universo Escolar – Pré-escolar e 1º ciclo do Ensino Básico

Quadro 7 - Evolução do Universo de Alunos - Rede Pública e Privada | 2014/2015 – 2015/2016, em 31 dez.2015

Nível de Ensino	Nº Alunos		Diferença
	2014/2015	2015/2016	
Pré-Escolar	136	132	- 4
Ensino Básico – 1º Ciclo	221	209	-12
Total	357	341	-16

Fonte: DDSH-Sector Educação

Se analisarmos a evolução do nº de matrículas, verificamos que o nº de alunos, no pré-escolar e no 1º ciclo, diminuiu entre o ano letivo transato (2014/2015) e o atual (2015/2016).



Quadro 8 - Distribuição dos Alunos por Freguesia, no Pré-escolar, em 31 dez.2015 | Rede Pública e Privada

Nível de Ensino	Freguesia			Ano Letivo
	Aguiar	Alcáçovas	Viana do Alentejo	
Pré-escolar	11	57	68	2014/2015
	15	48	69	2015/2016
Diferença	+ 4	- 9	+ 1	- 4

Fonte: DDSH-Sector Educação

Em matéria de distribuição dos alunos por freguesia, Aguiar e Viana do Alentejo aumentou o número de alunos do Pré-escolar e a freguesia de Alcáçovas diminuiu.

Quadro 9 - Distribuição dos Alunos por Freguesia e Nível de Ensino, em 31 dez.2015 | Rede Pública

Nível de Ensino	Freguesia			Ano Letivo
	Aguiar	Alcáçovas	Viana do Alentejo	
Pré-escolar	11	44	22	2014/2015
1º Ciclo	26	58	137	
Total	37	102	159	298
Pré-escolar	15	48	22	2015/2016
1º Ciclo	31	59	119	
Total	46	107	141	294

Fonte: DDSH-Sector Educação

No que respeita à rede pública, no pré-escolar, Viana do Alentejo manteve o mesmo nº de alunos face ao ano letivo 2014/2015, mas Alcáçovas perdeu população deste nível e Aguiar ganhou. Ao nível do 1º ciclo a variação da população escolar é significativa, Alcáçovas manteve o mesmo n.º de alunos, Aguiar ganhou população deste nível e Viana do Alentejo perdeu alunos.

**Quadro 10 - Pré-Escolar | Distribuição por Salas, no Território e por Tipologia de Rede, em 31 dez.2015**

Rede	Freguesia			Ano Letivo
	Aguiar	Alcáçovas	Viana do Alentejo	
Pública AEVA	1	2	1	2014/2015
Privada	NA	1	2	
Total	1	3	3	7
Pública AEVA	1	2	1	2015/2016
Privada	NA	0	2	
Total	1	2	3	6

Fonte: DDSH-Sector Educação

Da análise do quadro nº4 que se segue, verifica-se que o concelho perdeu uma sala de pré-escolar. Contudo, na sede de concelho manteve o mesmo n.º de salas de pré-escolar, na rede privada perdeu-se uma sala, em Alcáçovas. A rede pública, em Alcáçovas e Aguiar, manteve o número de salas de pré-escolar.

Quadro 11 - EB – 1º Ciclo | Distribuição no território e por salas

EB – 1º Ciclo	Freguesia			Ano Letivo
	Aguiar	Alcáçovas	Viana do Alentejo	
Nº de salas	2	4	6	2014/2015
	2	3	6	2015/2016
Total	4	7	12	

Fonte: DDSH-Sector Educação

No 1º ciclo a freguesia de Alcáçovas perdeu uma turma, as restantes freguesias mantiveram.

1.3.2.2. Apoio aos Alunos e às Famílias

Das atribuições do Município, destacam-se, no apoio aos alunos, a Ação Social Escolar e os Transportes Escolares. Fora das suas competências, o Município garante ainda, aulas de atividade física e o fornecimento de fruta para todos os alunos do pré-escolar, em tempo letivo. Para os alunos do 1.º Ciclo garante a disponibilização de fruta, através do Programa de Fruta Escolar.

A autarquia garante ainda, a cedência de transportes municipais para apoio à concretização dos planos pedagógicos do pré-escolar e do 1º ciclo, (visitas de estudo), fora do concelho e no concelho, abrangendo o universo dos alunos, e ainda, para os 2º, 3º ciclo do Ensino Básico e para o Ensino Secundário, embora não garanta para o universo dos alunos.



No ano 2015, para o ano letivo 2014/2015 foram deferidos 20 transportes municipais para visitas de estudo e no ano letivo 2015/2016, até 31 de dezembro, 3 para visitas de estudo distribuídos conforme quadro que se segue.

Quadro 12 - Cedência de Transportes Municipais ao AEVA | Ano letivo, em 31 dez.2015

	Pré-Escolar	Ensino Básico			Ensino Secundário	Ano Letivo	Total
		1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo			
(nº)	4	9	1	3	3	2014/2015	20
	0	0	2	0	1	2015/2016	3
Total	4	9	3	3	4		

Fonte: DDSH-Sector Educação

Nota: Inclui todos os pedidos, visitas de estudo, viagens de finalistas, outros.

Para além das cedências constantes da tabela foram ainda deferidas 10 cedências de transportes municipais para o Desporto Escolar, 5 em 2014/2015 e 5 em 2015/2016, que não constam do quadro nº4 por terem sido cedências que englobam vários anos letivos.

Os transportes concedidos ao Ensino Secundário englobam não só visitas de estudo mas também, deslocações a uma fábrica da Renova e outras solicitadas pela CPCJ, no âmbito de uma atividade/projeto escolar. Em termos globais o Município cedeu um total de 33 transportes municipais ao AEVA.

No âmbito das atribuições do Município no que respeita ao apoio aos alunos e à conciliação entre a vida familiar e profissional, no ano letivo 2014/2015, na pausa letiva da Páscoa, a Oficina Aberta/Componente de Apoio à Família, funcionou no concelho e envolveu um total de 41 crianças, 26 na sede de concelho, 15 em Aguiar e em Alcáçovas não se registaram inscrições, porque a Sta. Casa da Misericórdia garantiu esta resposta na freguesia. No ano letivo 2015/2016, a Pausa Letiva do Natal do Programa Oficina Aberta/Componente de Apoio à Família, também funcionou no concelho, mas unicamente na sede de concelho envolvendo um total de 15 crianças, por não se terem verificado interessados noutras freguesias.

1.3.2.3. Ação Social Escolar

As medidas de Ação Social Escolar, no âmbito das competências atribuídas às autarquias em matéria de educação com a publicação do Decreto-Lei nº 55/2009, de 2 de Março, assumem particular importância, na medida em que englobam um conjunto de modalidades de apoio com vista à igualdade de oportunidades de acesso à educação e ao êxito escolar.

Neste sentido a Câmara Municipal de Viana do Alentejo concede apoios para livros, materiais escolares e refeições para os alunos do 1º Ciclo e refeições (almoços), para as crianças do pré-escolar, de acordo com os escalões A (gratuito) e B (comparticipado em 50%), apurados com base no escalão de Abono de Família para Crianças e Jovens, atribuído pela Segurança Social.

**Quadro 13 - ASE | Ano Letivo, em 31 de dezembro de 2015**

Ano Letivo	Nível de Ensino	Escalão		Total
		A	B	
2014/2015	Pré-escolar	25	22	47
	1º Ciclo	67	57	124
Total		92	79	171
2015/2016	Pré-escolar	22	15	37
	1º Ciclo	63	53	116
Total		85	68	153

Fonte: DDSH-Sector Educação

1.3.2.4. Transportes Escolares

De acordo com o estipulado no Decreto-lei n.º 299/84, de 5 de Setembro, a Câmara Municipal de Viana do Alentejo garante o serviço de transporte entre o local de residência e o local do estabelecimento de ensino frequentado aos alunos do ensino básico e secundário.

O transporte escolar é efetuado, em primeiro lugar, com recurso aos transportes públicos existentes. Nos casos em que a resposta pública é incompatível ou inadequada às necessidades, o Município cria circuitos especiais, recorrendo a privados (adjudicação de serviços).

Assim, no ano letivo 2014/2015 foram transportados 75 alunos, por transporte rodoviário, de acordo com o contrato de fornecimento de serviços de transporte rodoviário no concelho de Viana do Alentejo e 7 alunos para Évora. No caso dos circuitos especiais foram criados 2 circuitos em Viana do Alentejo, 2 circuitos em Alcáçovas e 0 circuitos em Aguiar, abrangendo um total de 18 alunos.

No atual ano letivo, e até 31 de dezembro de 2015, utilizavam os transportes rodoviários 80 alunos, 73 no concelho e 7 para Évora. Quanto aos circuitos especiais foram criados 7 circuitos no concelho, 4 circuitos em Viana do Alentejo, 2 circuitos em Alcáçovas e 0 circuitos em Aguiar, abrangendo um total de 23 alunos.



1.3.2.5. Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF)

Quadro 14 - AAAF no Pré-Escolar

Jardim de Infância	Total de Alunos (nº)		Horário de AAAF (X)			
			Manhã		Tarde	
	2014/2015	2015/2016	2014/2015	2015/2016	2014/2015	2015/2016
Aguiar	0	2	—	—	—	X
Alcáçovas	16	21	X	X	X	X
Viana	19	17	X	X	X	X
Total	35	40				

Fonte: DDSH-Sector Educação

No ano letivo 2014/2015 as AAAF, nos Jardins-de-Infância eram frequentados por 35 Crianças do pré-escolar, sobretudo no horário da manhã e tarde.

No ano letivo 2015/2016, e até 31 de dezembro de 2015, as AAAF eram frequentados por 40 crianças do pré-escolar destacando-se um aumento do n.º de crianças no presente ano letivo, em comparação ao ano letivo transato.

De salientar ainda, a manutenção da aula de atividade física ministrada em horário letivo, pelos colaboradores da área do desporto da CMVA, em todos os jardins-de-infância da rede pública.

1.3.2.6. Componente de Apoio à Família (CAF)

No ano letivo 2014/2015 a autarquia alterou o modelo da Oficina Aberta que se manteve no ano letivo 2015/2016, garantido resposta em todas as freguesias do concelho, através da Componente de Apoio à Família (CAF), em tempo letivo e durante as pausas letivas do Natal e da Páscoa (Oficina Aberta da Páscoa e Oficina Aberta do Natal), mediante as necessidades dos pais dos alunos do 1.º Ciclo.

Assim na pausa letiva da Páscoa 2015, inscreveram-se 41 crianças, 26 na sede de concelho, 15 em Aguiar e em Alcáçovas não se registaram inscrições, entre os dias 23 a 27 de março.

Na pausa letiva do Natal de 2015, inscreveram-se 15 crianças, unicamente em Viana do Alentejo, entre os dias 18 e 23 de dezembro. Durante o período letivo, até 31 de dezembro de 2015, existiam 7 Alunos a frequentar a CAF, 7 em Viana do Alentejo, 0 em Alcáçovas e 0 em Aguiar.

A Oficina Aberta na pausa letiva da Páscoa 2015 contou com a parceria e colaboração do Agrupamento de Escolas do Concelho de Viana do Alentejo (AEVA), da Associação de Pais de Viana do Alentejo e Aguiar e ainda da Junta de Freguesia de Alcáçovas. Por sua vez, a Oficina Aberta na pausa letiva do Natal 2015 contou com a parceria e colaboração do Agrupamento de Escolas do Concelho de Viana do Alentejo (AEVA).



1.3.3. Gestão

1.3.3.1. Parque Escolar

O Município de Viana do Alentejo, no contexto das suas competências na área da educação, tem na requalificação e no melhoramento das condições do parque escolar do concelho uma das suas atividades regulares. Consequentemente, a autarquia tem vindo a desenvolver ações de requalificação e melhorias nos jardins-de-infância e escolas do 1.º ciclo da rede pública, em todo o concelho.

Os Pavilhões Desportivos Municipais de Viana do Alentejo e Alcáçovas também servem as turmas de todos os níveis de ensino do Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo em horário letivo e constituem igualmente equipamentos municipais que carecem de um regular acompanhamento e intervenção em matéria de conservação e manutenção do edifício e equipamentos.

1.3.3.2. Pessoal Não Docente

No ano 2015 e em relação ao ano letivo 2014/2015 foram integradas 14 assistentes operacionais para exercício de funções nos estabelecimentos de ensino, do pré-escolar e 1º ciclo, distribuídas 2 em Aguiar, 4 em Alcáçovas e 8 em Viana do Alentejo.

No ano letivo 2015/2016 e até 31 de dezembro do ano 2015, foram integradas nos estabelecimentos de ensino também 14 assistentes operacionais sendo a sua distribuição diferente do ano letivo transato ou seja, 2 em Aguiar, 3 em Alcáçovas e 9 em Viana do Alentejo.

1.3.4. Iniciativas de apoio e promoção da educação no concelho

São muitas as iniciativas municipais de apoio e promoção da educação no concelho:

- Programa Nacional de Fruta Escolar;
- Fornecimento de fruta ao pré-escolar;
- Distribuição do Leite Escolar;
- Projeto Educativo Municipal para o Ambiente “Oficina do Ambiente” – triénio 2014-2017;
- Bolsas de Estudo;
- Prémio de Mérito.

1.3.4.1. Fruta Escolar

O Regime de Fruta Escolar (REF) resulta de uma iniciativa da União Europeia (UE) para promover hábitos saudáveis e uma dieta equilibrada entre as crianças, tendo em mente um grande objetivo – mudar os seus hábitos alimentares, para reduzir a obesidade infantil na Europa, no âmbito da estratégia da UE em matéria de nutrição, atividade física e saúde.

A inclusão de frutas e legumes na dieta alimentar pode desempenhar um papel importante no combate à obesidade. O consumo de frutas e legumes reduz a “densidade energética” da dieta e desempenha também um importante papel de proteção e combate às doenças cardíacas, cancro e diabetes.

O RFE aplica-se apenas aos alunos do 1.º Ciclo, contudo por deliberação do Município de Viana do Alentejo a 26/08/2015 as crianças do Ensino Pré-Escolar Público também tiveram acesso ao fornecimento de fruta pelo segundo ano consecutivo.



Deste modo, estão abrangidos os 212 alunos do 1.º Ciclo e as 81 crianças do ensino pré-escolar do Concelho com a distribuição de fruta escolar.

Para a sua implementação no ano letivo 2015/2016 assegura-se o fornecimento da fruta com uma calendarização regular de distribuição às terças e quintas-feiras, para perfazer a frequência do consumo de frutas de duas vezes por semana.

As frutas consumidas pelas crianças são: a maçã, pera, banana, cenoura, laranja, clementina, cereja e pêsego.

1.3.4.2. Leite Escolar

A Câmara garante a distribuição do leite escolar em todos os estabelecimentos de ensino da rede pública, para o 1º ciclo e pré-escolar.

1.3.4.3. Oficina do ambiente

A Oficina do Ambiente é um projeto do Município com o qual pretende divulgar e valorizar o património natural do concelho, e trabalhar com a comunidade escolar (Pré-Escolar e 1º Ciclo), desenvolvendo ações que centram o Homem e a Natureza como um ser inteiro e global no Ambiente.

Desta forma, para os próximos três anos letivos (2014/2015, 2015/2016 e 2016/2017), estabeleceram-se os seguintes objetivos:

1. Interagir com o ambiente de modo lúdico, observador e criativo;
2. Criar uma nova consciência para o ambiente colocando o Homem como um elemento da paisagem e não como dominador da mesma;
3. Desenvolver sentimentos de empatia com outras espécies e formas de vida;
4. Proteger os elementos naturais relevantes do concelho;
5. Valorizar o património natural do concelho;
6. Criar uma ferramenta de monitorização e manutenção dos espaços verdes.

As atividades educativas para o ano letivo 2014/2015 versaram o tema Fauna e Flora e para o ano letivo 2015/2016 versam o tema Resíduos. Estas estão enquadradas nos objetivos específicos da área de Estudo do Meio de acordo com os planos curriculares para o Pré-Escolar e 1º Ciclo e foram desenvolvidas, até 31 de dezembro de 2015, as seguintes iniciativas:

- Dia Mundial da Árvore entre os dias 16 e 23 de março de 2015 na antiga lixeira de Viana do Alentejo para as crianças do pré-escolar e nos aglomerados urbanos do concelho para os alunos do 1.º Ciclo, em parceria com o Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo, patrocínio de MC Trapilho e o apoio dos Bombeiros Voluntários de Viana do Alentejo, Escola Segura da GNR – Secção das Forças Especiais, Fraternidade de Nuno Álvares – Associação dos Antigos Filiados no Corpo Nacional de Escutas de Alcáçovas. Participaram 363 crianças.
- Dia Mundial da Criança e do Ambiente no dia 1 de junho de 2015, com o espetáculo a “Azinheira Sinaleira” no Cine-Teatro Vianense, em parceria com o Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo, Terras Dentro e Juntas de Freguesia do Concelho. Participaram 363 crianças.
- Semana da Floresta Autóctone, entre os dias 16 e 26 de novembro de 2015, em parceria com o Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo, Associação Terras Dentro e Associação Seara Nova. Participaram 353 crianças.

A equipa promotora deste projeto educativo municipal para o ambiente é constituída por um Arquiteto Paisagista, uma Engenheira do Ambiente, uma Professora do 1º Ciclo do Ensino



Básico, da Câmara Municipal e pela mascote NOA com a qual se pretende criar empatia com o público-alvo (crianças do pré-escolar e do 1º ciclo).

1.3.4.4. Prémio de Mérito e Bolsas de Estudo

No ano letivo de 2014/2015 foram deferidas **45 bolsas de estudo** para os alunos do ensino superior. O valor de cada bolsa de estudo foi de 800,00€, perfazendo um **total de 36.000,00€** que foram pagos no decorrer do ano de 2015.

No ano letivo de 2014/2015 foram atribuídos **2 prémios de mérito** para os alunos do ensino secundário, um para o Curso Profissional e Técnico de Gestão Ambiental e o outro para o Curso Científico-Humanístico. **O valor de cada prémio foi de 500,00€, perfazendo um total de 1.000,00€.**

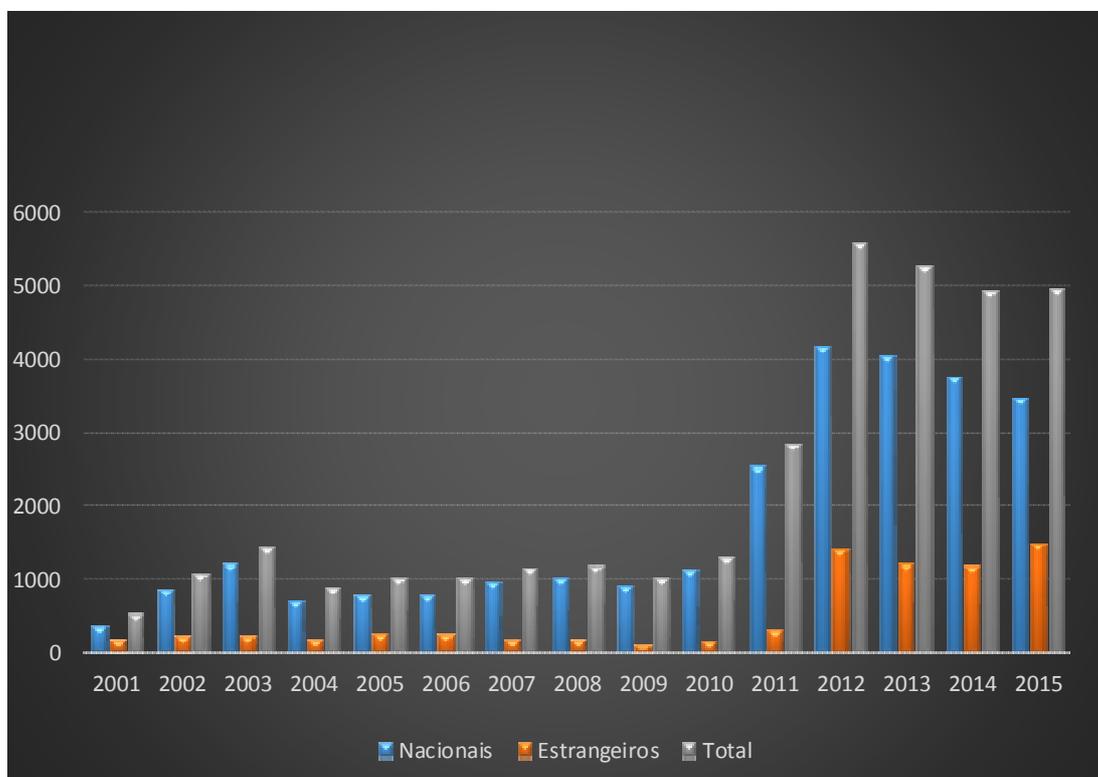
No ano letivo de 2015/2016 foram deferidas **40 bolsas de estudo** por carência económica para os alunos do ensino superior. O valor de cada bolsa é de 800,00€, perfazendo o **total de 32.000,00€** que serão pagos apenas no decorrer de 2016.

1.4. Turismo

O **Posto de Turismo** sito no Castelo registou um acréscimo no número de visitantes (+23) comparativamente com o ano de 2014.

Gráfico 5 - Evolução do Nº de Visitantes no Posto de Turismo

2001 a 2015



Fonte: Posto de Turismo



A maioria dos visitantes continua a ser de nacionalidade portuguesa, tendo-se registado um acréscimo no número de visitantes estrangeiros, comparativamente ao ano transato.

Quadro 15 – Evolução do Nº de visitantes entre 2005 e 2015

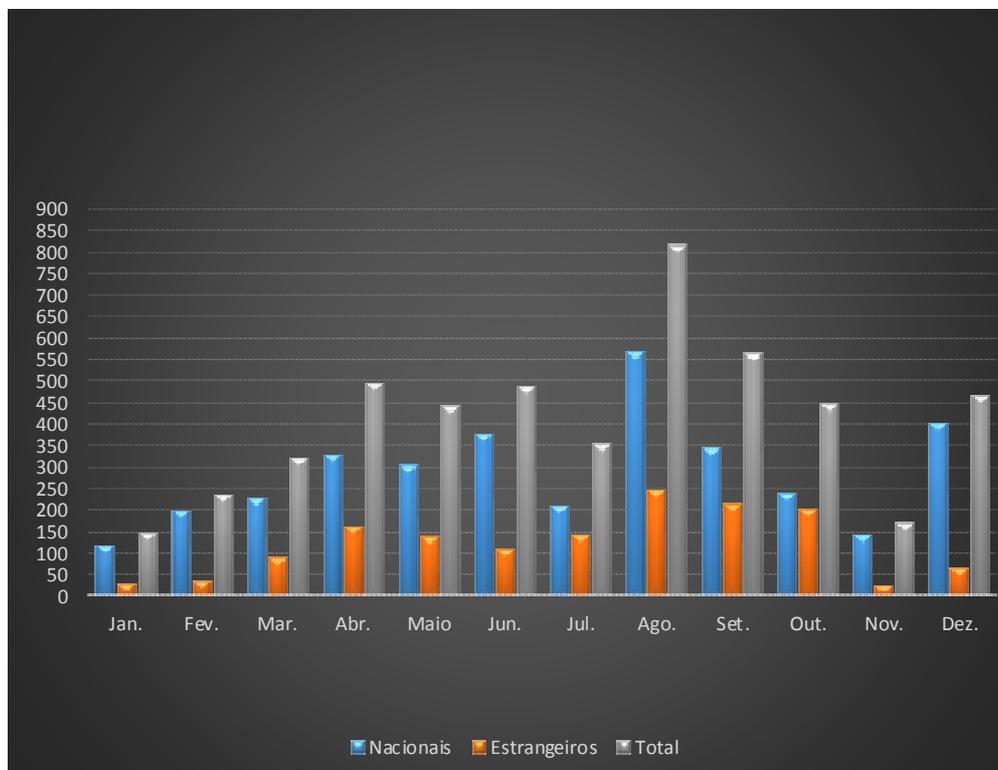
Ano	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005
Nacionais	3489	3766	4051	4199	2542	1123	926	1029	979	772	769
Estrangeiros	1482	1182	1226	1414	323	165	111	170	176	255	269
TOTAL	4971	4948	5277	5613	2865	1288	1037	1199	1155	1027	1038

Fonte: Posto de Turismo

Se analisarmos a evolução na última década, 2005-2015, conclui-se que a tendência de aumento do número de visitantes ao Castelo/Posto de Turismo aumentou significativamente com particular incidência desde 2011.

Relativamente á análise do número de visitantes, ao longo do ano, por origem/proveniência, verifica-se no Gráfico nº34, que os meses da primavera e do verão continuam a ser os mais procurados. Destaque para os meses de **abril**, data de realização da Romaria a Cavalo e de **agosto**, altura em que muitos emigrantes regressam para férias e que os turistas estrangeiros também aumentam, com o maior número de visitantes, e **setembro**, altura em que se realiza a Feira D'Aires.

Gráfico 6 - Nº Visitantes Mensais ao Posto de Turismo por origem Nacional e Estrangeira em 2015



Fonte: Posto de Turismo



Se nos debruçarmos na análise da distribuição do número de visitantes ao longo do ano, os meses com maior procura foram, os meses de **agosto e setembro, com mais de 500 visitantes**, seguidos de abril, maio, junho, outubro e dezembro com mais de 400 visitantes. Os meses preferidos dos **visitantes nacionais**, foram, **abril, maio, junho, agosto, setembro e dezembro**, com mais de 300 visitantes. Os **estrangeiros** também preferiram agosto, setembro e outubro com mais de 200 visitantes.

Quadro 16 - Visitantes do Posto de Turismo, por proveniência, entre Janeiro e Dezembro de 2015

Meses	jan	fev	mar	abr	maio	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	TOTAL
Nacionais	120	201	231	331	308	380	212	569	347	243	144	403	3489
Estrangeiros	30	37	92	166	138	111	142	250	218	205	28	65	1482
TOTAL	150	238	323	497	446	491	354	819	565	448	172	468	4971

Fonte: Posto de Turismo

No que respeita ao **Plano de Exposições no Castelo**, em 2015 estiveram patentes ao público **5 exposições** das áreas da fotografia, documentação e artesanato.

- “*Memórias do verde barro*” | Luís Banha / Carlos Marques
- “*Rosácea em renda sol*” | Oficina do Feltro / Diana Regal
- “*Espelhos da memória*” | António Peleja
- “*A Alma alentejana*” | Município de Viana do Alentejo
- “*Esculpindo histórias*” | José Manuel Água Morna

O Município de Viana do Alentejo leva a efeito, ao longo do ano participações relacionados com a **promoção turística do concelho** fora do seu território, tendo-se feito representar nos seguintes eventos:

- Bolsa de Turismo de Lisboa;
- Feira S. João em Évora
- Feira do Montado em Portel.



1.5. Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial - GADE

O Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial (GADE) centra-se na elaboração de candidaturas do Município a projetos financiados assim como no seu acompanhamento durante a sua execução, e no apoio ao empresário/empreendedor.

1.5.1. Apoio ao Empresário / Empreendedor

Ao nível do apoio ao empresário e ao empreendedor desenvolveram-se durante o ano de 2015, para além do envio frequente de e-mails informativos sobre legislação e ações informativas levadas a cabo por diversas entidades e informação sobre programas de apoio, realizaram-se duas ações que visam aproximar o Município aos agentes económicos, disponibilizando-lhes informação útil para a gestão do quotidiano e permitindo a troca de experiências entre empresários e entre estes e entidades que atuam na esfera económica e dispõe de ferramentas de apoio e auxílio às empresas.

Atividades/Principais Iniciativas		Data
III Encontro de Empresários do Concelho de Viana do Alentejo	Novas oportunidades de financiamento para as empresas	26 de junho de 2015
Sessão de apresentação pela Associação Comercial do Distrito de Évora	Plataforma Digital ICDE – Inovação e Cooperação no Distrito de Évora	14 de outubro de 2015

1.5.2. Serviços protocolados com a DECO

Relativamente aos serviços protocolados com a Deco, registaram-se 22 atendimentos ao longo do ano de 2015. No que respeita às ações de informação e sensibilização foi realizada uma sessão de esclarecimento no dia 27 de novembro sobre o tema “Essencial sobre a Economia Pessoal”, cujo público-alvo foi maioritariamente constituído por alunos da Universidade Sénior.

1.5.3. Projetos Financiados

No decorrer do ano de 2015, o GADE acompanhou os projetos financiados existentes no Município, através da elaboração de pedidos de pagamentos e reprogramações, encerramento de operações, elaboração de relatórios e acompanhamento de auditorias.

O Município de Viana do Alentejo é beneficiário dos seguintes projetos:



Designação do Projeto	Estado	Custo Total do Projeto	Custo Elegível	Comparticipação Comunitária	Comparticipação do Município	Ano de conclusão
Centro Escolar de Ensino Pré-Escolar e do 1º Ciclo de Viana do Alentejo	Concluída	2.223.513,34 €	1.919.055,19 €	1.631.196,91 € (FEDER)	586.038,10 €	2014
Regeneração dos Espaços Públicos	Operação Encerrada	1.081.991,33 €	1.016.764,63 €	864.249,93 € (FEDER)	217.741,40 €	2014
Requalificação do Centro Histórico de Viana do Alentejo	Concluída	1.200.238,00 €	1.185.067,50 €	1.007.307,38 € (FEDER)	192.930,63 €	2014
Elaboração da Agenda 21 Local e Bases Estratégicas de Desenvolvimento do Concelho de Viana do Alentejo	Operação Encerrada	78.995,96 €	68.928,50 €	58.589,23 € (FEDER)	20.406,74 €	2013
* Recuperação e Reutilização do conjunto do Paço dos Henriques em Alcáçovas	Concluída	1.713.845,15	1.710.993,52 €	1.454.344,49 € (FEDER)	259.500,65 €	2015
Plano Municipal de Promoção de Acessibilidade de Viana do Alentejo	Operação Encerrada	117.457,72 €	117.457,72 €	84.158,45 € (FSE)	33.299,27 €	2014
TEIAS – Rede Cultural do Alentejo	Concluído	74.461,13 €	71.650,00 €	60.902,50 € (FEDER)	14.892,23 €	2013
Valorização das Artes Tradicionais no Concelho de Viana do Alentejo	Operação Encerrada	9.695,00 €	9.695,00 €	5.817,00 € (PRODER)	3.878,00 €	2014



Relativamente ao projeto da Recuperação e Reutilização do Conjunto do Paço dos Henriques em Alcáçovas, encontram-se efetuados todos os pedidos de pagamento e conseqüentemente foi apresentado o saldo final. Aguarda-se a verificação por parte do INALENTEJO, pelo que os valores apresentados à exceção do custo total do projeto, podem sofrer alterações uma vez que ainda existem despesas que não foram analisadas e podem existir “cortes”.

PRAIE – Programa de Apoio ao investimento Empresarial no concelho de Viana do Alentejo

No âmbito do Protocolo Financeiro e de Cooperação entre o Município de Viana do Alentejo e a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Guadiana Interior, CRL que criou o PRAIE – Programa de Apoio ao Investimento Empresarial no Concelho de Viana do Alentejo, este projeto encontra-se suspenso em virtude do Tribunal de Contas ter levantado algumas questões sobre este apoio.



1.6. Habitação e Gestão Urbanística

No ano de 2015 voltou a registar-se um decréscimo no número de processos de licenciamento (quadro 12) mas um aumento de autorizações de utilização (quadro 13) comparativamente ao ano de 2014. Os valores de processos de licenciamento vêm dar continuidade à tendência negativa no número de processos que se tem vindo a registar desde 2006.

Quadro 17 - Processos de Construção

Anos	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014			2015		
N.º de Processos	174	168	142	130	79	64	31	25	22	13	Alcáçovas	18	Alcáçovas	8
										07	Viana		Viana	10
										02	Aguiar		Aguiar	0

Quadro 18 - Processos de Autorização de Utilização

Anos / Freguesias	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Alcáçovas	74	29	44	18	29	20	24	16	11	10
Viana	61	44	32	26	24	34	15	12	06	13
Aguiar	21	7	14	5	10	07	01	02	02	3
Total	156	80	90	49	63	61	40	30	19	26



1.7. Água e Resíduos Sólidos

1.7.1. Água

Desde julho de 2010 que a gestão da água em alta no concelho foi entregue às Águas Públicas do Alentejo (AgdA), ficando a Câmara Municipal de Viana do Alentejo responsável pela gestão em baixa. Ou seja, a câmara passou a intervir no sistema a partir da saída dos reservatórios até ao limite de propriedade dos consumidores.

No quadro seguinte é realizada a comparação da quantidade de água fornecida ao sistema em baixa pela AgdA e a água faturada aos municípios, assim como da quantidade de água afeta a perdas, roturas e não faturada.

Quadro 19 – Quantidade de Água Consumida e Faturada no concelho.

Ano	m ³ Faturados pela AgdA	m ³ Faturados ao Município	m ³ Gastos e Não Faturados	Faturação (€)	N.º de Consumidores do mês de dezembro
2014	543134	274332	268802	461283,24	3314
2015	613746	283595	330151	534648,77	3405
	70612	9263	61349	73366	91
	O sistema em baixa recebeu mais água da AgdA.	Faturou-se um maior Volume de água.	O volume de água não faturado aumentou.	A receita foi maior.	O n.º de consumidores aumentou.

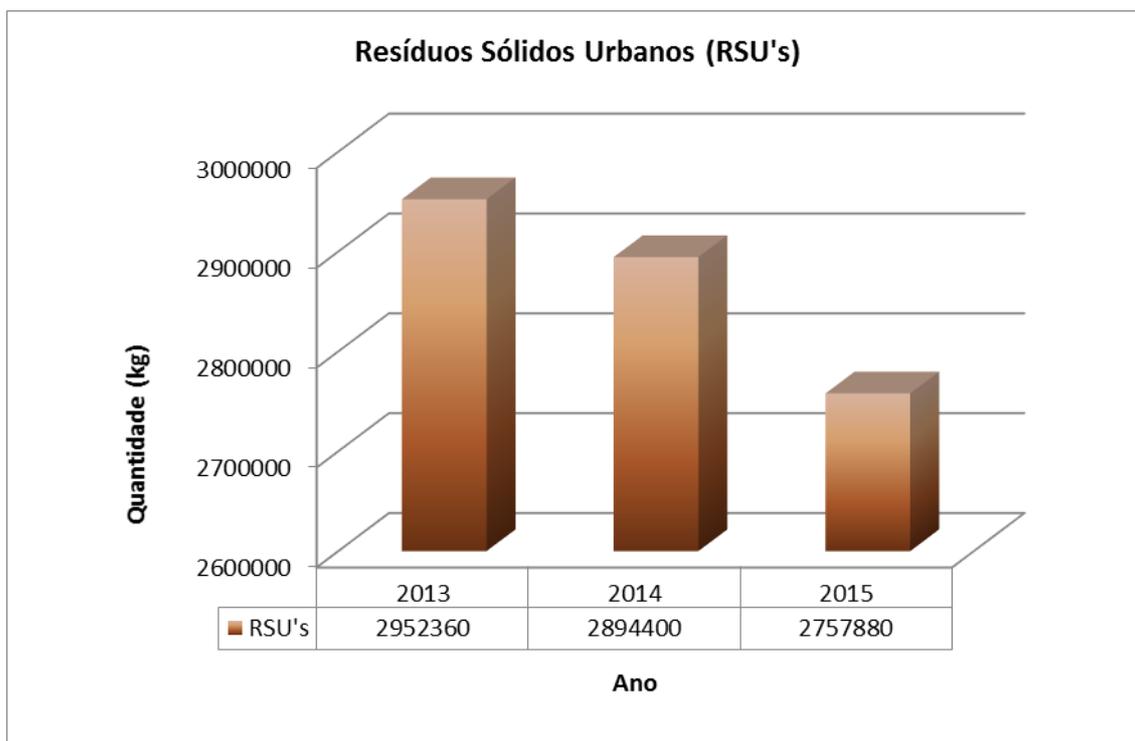
Comparando os valores relativos ao consumo de água entre os anos de 2014 e 2015, verifica-se que:

- Foi fornecida uma maior quantidade de água ao Município de Viana do Alentejo pelas Águas Públicas do Alentejo;
- Foi faturado um volume maior de água aos municípios, provavelmente resultante do aumento do número de consumidores;
- A quantidade de água utilizada nos espaços públicos e que não foi faturada e a quantidade de água afeta a outras perdas aumentou;
- Registou-se um aumento de 91 consumidores.

1.7.2. Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)

Comparando os valores de RSU recolhidos no concelho de Viana do Alentejo nos últimos 3 anos verifica-se uma descida das quantidades entregues no aterro de Vila Ruiva do ano de 2013 para 2014 e uma descida bastante acentuada entre os quantitativos de 2014 e 2015. Esta redução das quantidades de RSU deve-se em grande parte à crise que se vive no país, bem como à consequente redução do poder de compra dos munícipes.

Gráfico 8 – Quantidade de resíduos sólidos recolhidos no concelho de Viana do Alentejo de 2013 a 2015.



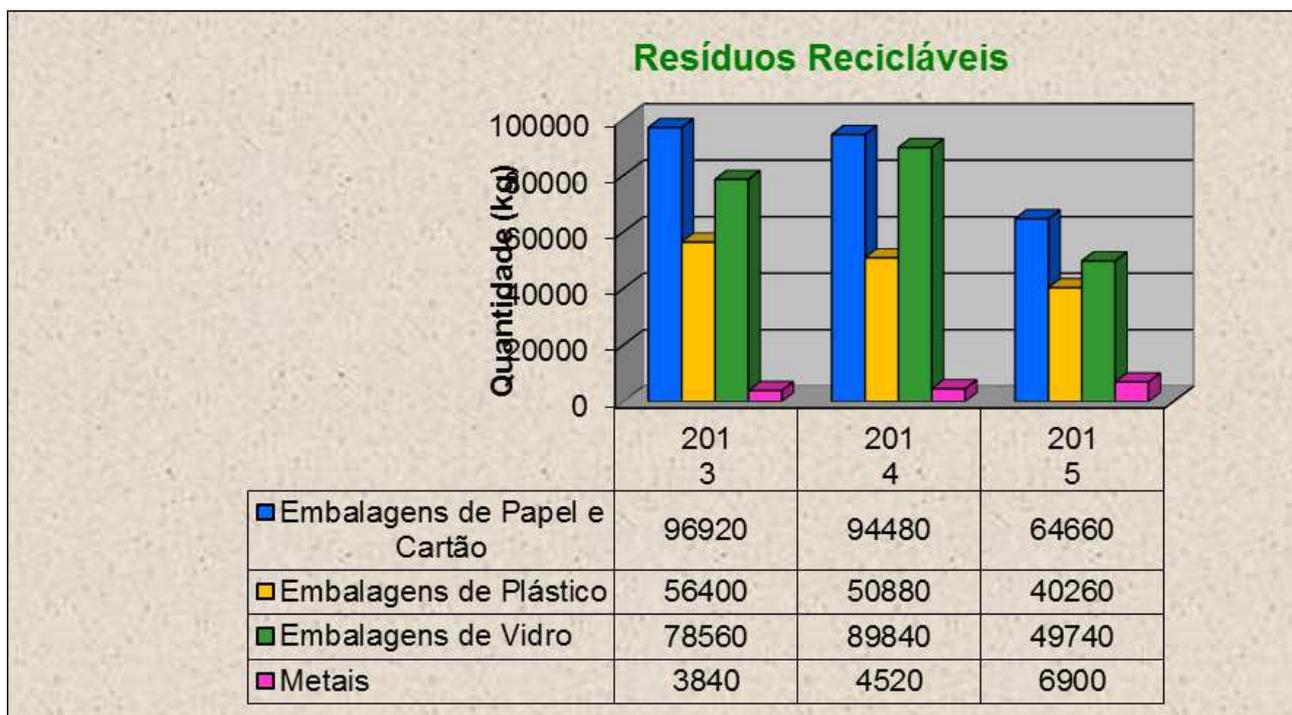
1.7.3. Resíduos recicláveis

Relativamente aos resíduos recicláveis, cartão verifica-se que entre 2014 e 2015 houve uma grande redução da quantidade entregue na Estação de Triagem da AMCAL. Por outro lado, relativamente aos metais registou-se um aumento das quantidades recolhidas. Em relação aos resíduos recicláveis registou-se uma redução significativa dos quantitativos encaminhados para reciclagem.

Quadro 18 – Resíduos Recicláveis (Kg).

	2013	2014	2015
Embalagens de Papel e Cartão	96920	94480	64660
Embalagens de Plástico	56400	50880	40260
Embalagens de Vidro	78560	89840	49740
Metais	3840	4520	6900

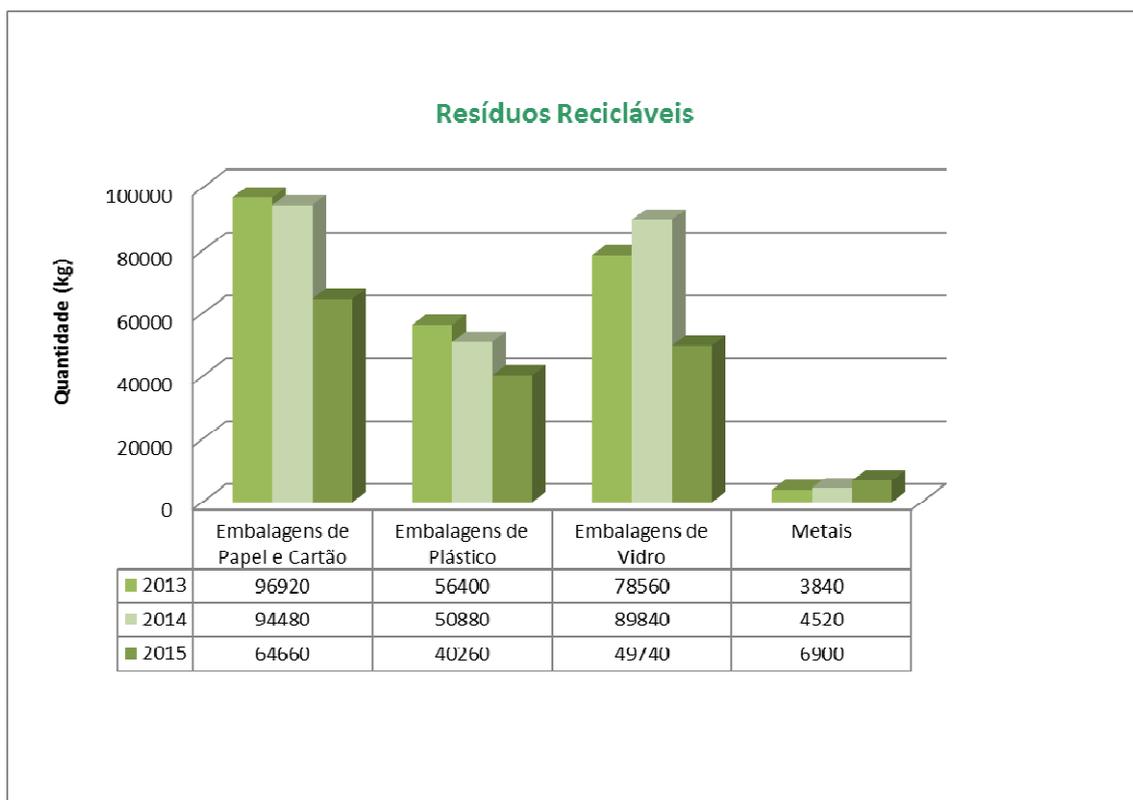
Gráfico 9 - Quantidade de resíduos sólidos recicláveis recolhidos no concelho de Viana do Alentejo de 2013 a 2015.



Comparando as quantidades de embalagens de papel e cartão, plástico, vidro e metais recolhidas entre os anos 2013 e 2015 no concelho de Viana do Alentejo e entregues na estação de triagem verifica-se que:

- O valor de papel e cartão entregue para reciclagem diminuiu no ano de 2015 relativamente a 2014;
- A quantidade de embalagens de plástico diminuiu em 2015, depois de registado um aumento em 2014;
- Os quantitativos de vidro registaram um aumento em 2015, comparativamente com o ano de 2014;
- A quantidade de metais registou um aumento em 2015.

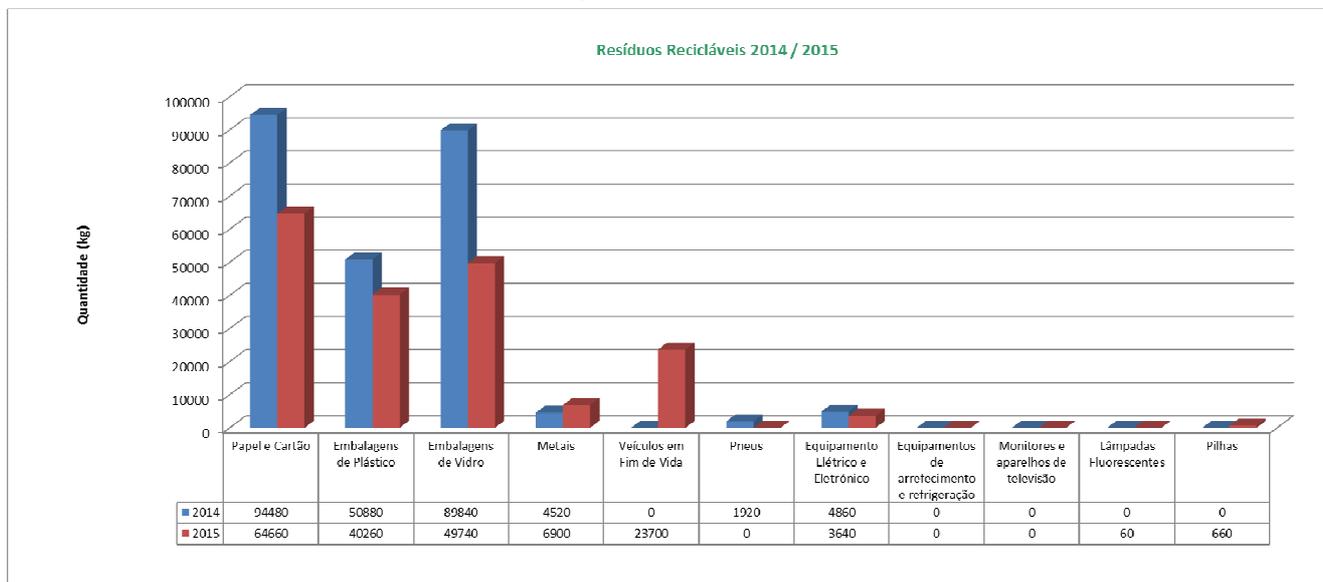
Gráfico 10 - Quantidade de Resíduos Recicláveis recolhidos no concelho de Viana do Alentejo entre 2013 a 2015.



Comparando as quantidades de resíduos recicláveis recolhidas nos anos de 2014 e 2015 no concelho de Viana do Alentejo e encaminhadas para reciclagem, verifica-se que em 2015:

- Houve um aumento das quantidades de metais, veículos em fim de vida (VfV), pilhas e lâmpadas fluorescentes;
- Registou-se uma redução bastante significativa dos valores para os restantes tipos de resíduos.

Gráfico 11 – Quantidade de Resíduos Recicláveis recolhidos no concelho de Viana do Alentejo entre 2013 e 2015.





2. ANÁLISE ORÇAMENTAL, ECONÓMICA E FINANCEIRA

Nota Introdutória

O presente relatório, elaborado em conformidade com o Ponto 13 das Considerações Técnicas do Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril e para cumprimento do disposto no artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), visa caracterizar a situação económica, orçamental e financeira do Município de Viana do Alentejo, bem como salientar as atividades/investimentos mais relevantes desenvolvidas ao longo do ano de 2015.

Serão objeto de análise a execução orçamental da receita e da despesa, bem como os investimentos, quer na globalidade, quer por sectores de atividade e sua evolução. Numa perspetiva patrimonial, a situação financeira espelhará a análise ao Balanço e Demonstração de Resultados e respetivos indicadores financeiros.

No relatório de gestão, pretende-se dar a conhecer a todos, de forma clara e detalhada, a situação financeira do Município de Viana do Alentejo no ano de 2015 e qual a sua evolução ao longo dos últimos anos, que resulta das políticas e opções do executivo.

2.1. Análise Orçamental

A análise da variação entre o **orçamento inicial, final e executado** permite aferir da concretização dos projetos a que o Município se propôs, nomeadamente a capacidade de gestão dos recursos da autarquia, bem como o esforço de angariação da receita, fator fundamental para a realização do objetivo político.

Os documentos previsionais de 2015 (Orçamento e Grandes Opções do Plano) aprovados pela Assembleia Municipal, inscreviam uma previsão inicial (receitas) e uma dotação inicial (despesa), de 8.681.576,00€, sendo de reforçar que em termos comparativos com o exercício económico anterior, os documentos previsionais 2015 apresentaram uma previsão superior ao Orçamento de 2014 em 576.627,00€.

Em matéria de execução orçamental e ao longo dos exercícios económicos são, por regra realizadas, modificações orçamentais, que originam acertos aos valores inicialmente previstos, por via do reforço e/ou anulação das respetivas dotações.

Dessa previsão e dotação inicial, e nos termos do ponto 8.3.1. do POCAL, procederam-se a um conjunto de modificações orçamentais que permitiram que o volume global do orçamento avançasse para os 9.236.687,06€ do lado da receita e para 9.222.155,91€ do lado da despesa, o que corresponde a um aumento de 555.111,06€ em termos de receita e 540.579,91€ em termos de despesa.

**Quadro 19 – Orçamento Inicial versus Orçamento corrigido**

Designação		Orçamento inicial	Orçamento corrigido	Aumento
Receitas	Correntes	5.754.055,00	5.768.586,15	14.531,15
	Capital	2.926.521,00	2.926.521,00	0,00
	Outras	1.000,00	541.579,91	540.579,91
Total das Receitas		8.681.576,00	9.236.687,06	555.111,06
Despesas	Correntes	5.592.239,86	5.781.412,77	189.172,91
	Capital	3.089.336,14	3.440.743,14	351.407,00
Total das Despesas		8.681.576,00	9.222.155,91	540.579,91

Erro! Ligação inválida. Este aumento do valor global do Orçamento deveu-se à incorporação do “Saldo Transitado da Gerência Anterior”, no montante de 540.579,91€, e de receitas legalmente consignadas, nomeadamente o recebimento referente à candidatura “POPH – Qualificação dos Profissionais da Administração Pública” no valor de 14.531,15€.

Execução Global

A estrutura orçamental assenta em receitas correntes e receitas de capital, que suportam as despesas correntes e as despesas de capital, respeitando o princípio do equilíbrio orçamental e sempre numa perspetiva de otimização dos recursos recebidos, face às necessidades de despesa.

Tal como o verificado em gerências anteriores a taxa de execução da receita reporta-se à taxa de cobrança efetiva, e à taxa de execução da despesa respeita a obrigações efetivamente pagas e não à despesa realizada.

Quadro 20 – Execução Orçamental

Designação		Orçamento corrigido	Execução	% de Execução	Desvio Valor	Desvio %
Receitas	Correntes	5.768.586,15	5.879.846,75	101,93%	111.260,60	1,93%
	Capital	2.926.521,00	1.873.700,98	64,02%	-1.052.820,02	-35,98%
	Outras	541.579,91	625.603,27	115,51%	84.023,36	15,51%
Total das Receitas		9.236.687,06	8.379.151,00	90,72%	-857.536,06	-9,28%
Despesas	Correntes	5.781.412,77	5.270.941,75	91,17%	-510.471,02	-8,83%
	Capital	3.440.743,14	2.529.067,94	73,50%	-911.675,20	-26,50%
Total das Despesas		9.222.155,91	7.800.009,69	84,58%	-1.422.146,22	-15,42%

Erro! Ligação inválida. No quadrante de **execução das receitas** constata-se um desvio face às previsões corrigidas, de menos (-) 857.536,06€.

Estando numa análise na ótica de caixa (Recebimentos e Pagamentos), a **execução das despesas** acompanha as receitas onde se constata um desvio face às dotações corrigidas, de menos (-1.422.146,22€ dos quais (-) 510.171,02€ representam as despesas correntes.



Face a tais desvios, o Município arrecadou receitas totais no montante de **8.379.151,00€**, o que representa uma taxa de execução da receita de 90,72%, e um nível de despesa total paga de **7.800.009,69€**, que equivale a uma taxa de execução da despesa de 84,58%.

De igual modo a anteriores gerências a taxa de execução da receita reporta-se à taxa de cobrança efetiva, e a taxa de execução da despesa, respeita a obrigações efetivamente pagas e não à despesa realizada, ou seja, a despesa traduzida no total das obrigações assumidas para com terceiros.

De referir, o valor do saldo de gerência anterior e transitado para 2015, 541.579,91€, traduz efetiva receita e disponibilidade para cobertura de despesas realizadas no ano 2015.

Em termos de receitas correntes para uma previsão final de 5.768.586,15€, registou-se uma cobrança efetiva de 5.879.846,75€, manifestando-se num desvio positivo de 111.260,60€ e uma taxa de execução de 101,93%.

No que respeita às receitas de capital, estas continuam abaixo do previsto, uma vez que para uma previsão final de 2.926.521,00€ se atingiu uma execução de 1.873.700,98€, traduzindo um desvio desfavorável de (-) 1.052.820,02€ e um a taxa de execução de 64,02%.

As despesas correntes cumpriram uma taxa de execução de 91,17%, com um valor de despesa paga de 5.270.941,75€ e as despesas de capital atingiram uma execução de 2.529.067,94€, representando uma taxa de execução 73,50% do total orçamentado final, o que determina que sejam as despesas correntes aquelas que mais se destacam na realização do orçamento.

É de salientar que o nível de execução da receita ao cifrar-se em 90,72% coloca o Município fora do âmbito das consequências previstas na Lei 73/2013, de 3 de setembro, em vigor desde janeiro de 2014, que prevê um mecanismo de alerta precoce de desvios no caso de o Município registar durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista inferior a 85%.



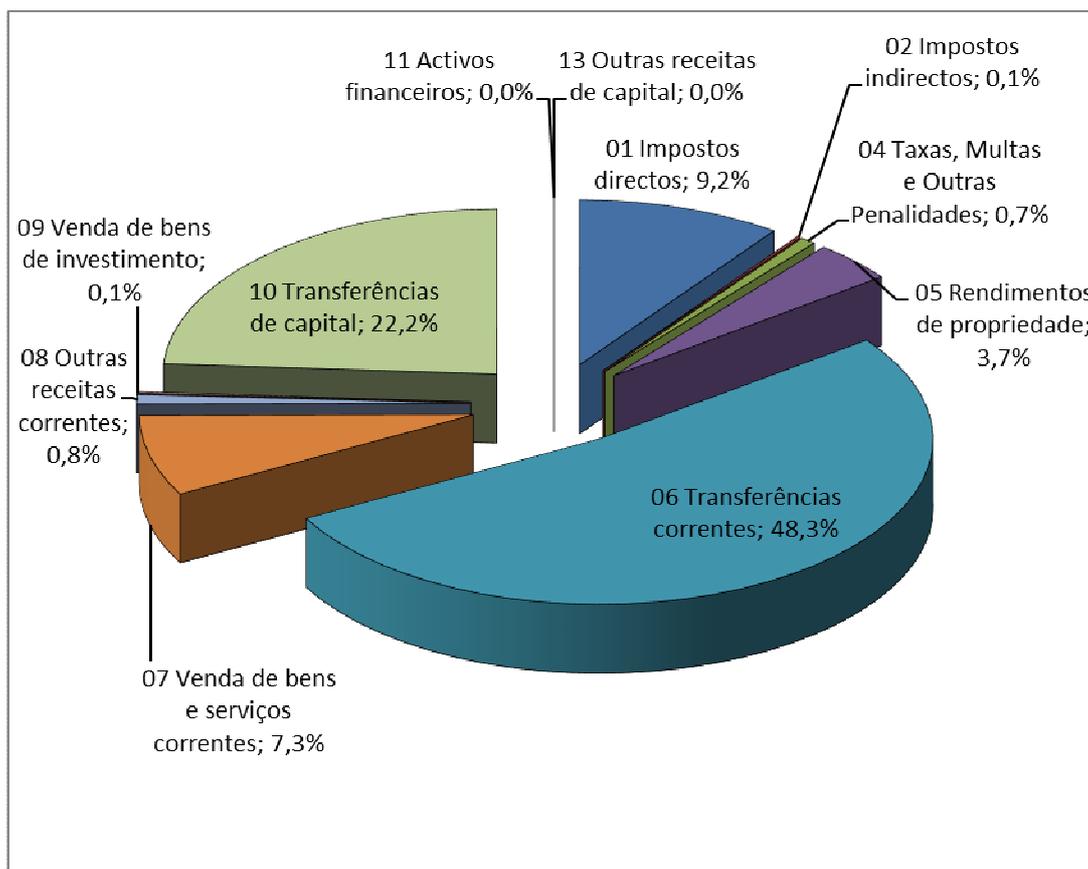
2.1.1. Receita

A repartição das receitas de natureza corrente e capital arrecadas pelo município no ano 2015, encontra-se descrita no quadro e gráfico seguintes:

Quadro 21 – Execução global da receita

Receitas	Orçamento corrigido	Execução	% de Execução	Desvio	% de Execução Global
Receitas Correntes					
01 Impostos diretos	718.613,00	767.545,76	106,8%	6,8%	9,2%
02 Impostos indiretos	10.298,00	12.100,82	117,5%	17,5%	0,1%
04 Taxas, Multas e Outras Penalidades	35.981,00	57.764,24	160,5%	60,5%	0,7%
05 Rendimentos de propriedade	314.240,00	309.362,35	98,4%	-1,6%	3,7%
06 Transferências correntes	4.048.820,15	4.049.761,48	100,0%	0,0%	48,3%
07 Venda de bens e serviços correntes	580.434,00	612.748,37	105,6%	5,6%	7,3%
08 Outras receitas correntes	60.200,00	70.563,73	117,2%	17,2%	0,8%
Total das receitas correntes	5.768.586,15	5.879.846,75	101,9%	1,9%	70,2%
Receitas de Capital					
09 Venda de bens de investimento	66.519,00	12.183,98	18,3%	-81,7%	0,1%
10 Transferências de capital	2.850.002,00	1.861.517,00	65,3%	-34,7%	22,2%
11 Ativos financeiros			0,0%	0,0%	0,0%
13 Outras receitas de capital	10.000,00		0,0%	-100,0%	0,0%
Total das receitas de capital	2.926.521,00	1.873.700,98	64,0%	-36,0%	22,3%
Outras receitas					
15 Reposições não abatidas nos pagamentos	1.000,00	85.023,36	8502,3%	8402,3%	1,0%
16 Saldo gerência anterior	540.579,91	540.579,91	100,0%	0,0%	6,5%
Total das outras receitas	541.579,91	625.603,27	115,5%	15,5%	7,5%
TOTAL GERAL	9.236.687,06	8.379.151,00	90,7%	-9,3%	100,0%

Gráfico 11 – Execução global da receita



2.1.1.1. Receitas Correntes

01 – Impostos Directos

Este capítulo inclui o produto dos impostos directos estabelecido no Regime Jurídico das Autarquias Locais, representam 9,2 % da receita total recebida durante a gerência de 2015, e atingiram um nível de execução de 106,8%, desviando-se do esperado 6,8%.

02 – Impostos Indirectos

Nesta rubrica registam-se receitas que recaem exclusivamente sobre o sector produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de bens e serviços. Em 2015 verificou-se uma execução de 117,5%, apresentando um desvio de 17,5% e representam 0,1% da receita total recebida.



04 – Taxas Multas e Outras Penalidades

No grupo das “Taxas” inclui-se os pagamentos dos particulares em contrapartida da emissão de licenças e da prestação de serviços, não havendo qualquer relação entre os pagamentos e os custos dos serviços prestados. No que respeita ao grupo das “Multas e Outras Penalidades”, englobam-se as receitas provenientes da aplicação de multas e pela transgressão da lei, Posturas e Regulamentos. Em 2015 a sua execução foi de 160,5%, apresentando um desvio de 60,5% representando estas receitas 0,7% da receita total recebida.

05 – Rendimentos de Propriedade

Este capítulo abrange as receitas provenientes do rendimento de ativos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos) e rendas de ativos não produtivos, nomeadamente terrenos e ativos incorpóreos (direitos de autor, patentes e outros). Quanto à sua execução, em 2015 ela foi de 98,4% com um peso no total da receita recebida de 3,7%.

06 – Transferências Correntes

Entende-se por transferências correntes os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação preestabelecida.

Relativamente às transferências da Administração Central, referentes ao Fundo de Equilíbrio Financeiro, ao Fundo Social Municipal e à Participação no IRS, os valores inscritos tiveram por base o Orçamento de Estado para 2015, apresentando esta rubrica uma execução de 100% contribuindo para o total da receita recebida no orçamento de 48,3%, registando um desvio de 941,33€ em termos absolutos, não tendo expressão a nível percentual.

07 – Venda de Bens e Serviços Correntes

Neste capítulo incluem-se, na generalidade, as receitas quer com o produto da venda dos bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento, quer ainda com os recebimentos de prestação de serviços. Às receitas enquadráveis neste capítulo estão subjacentes preços que correspondem a valores sensivelmente idênticos aos custos de produção dos bens ou serviços vendidos.

Durante 2015 esta rubrica atingiu uma taxa execução de 105,6%, o que significa que o seu desvio foi apenas de 5,6% e representa 7,3% da receita total recebida no ano de 2015.

08 – Outras Receitas Correntes

Esta rubrica tem caráter residual, englobando as receitas que pela sua natureza não podem ser incluídas em nenhuma das anteriores, e no que respeita à execução orçamental de 2015, ela foi de 117,2%, com um peso total na receita recebida de 0,8%.



2.1.1.2. Receitas de capital

O nível de execução global é 64%, representando um desvio de 36%.

A execução de Venda de Bens de Investimento apresenta um nível de execução de 18,3%.

Entende-se por Transferências de Capital os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida e destinados ao financiamento das despesas de capital, apresenta execução de 65,3% contribuindo com 22,2% do total da receita recebida no ano de 2015.

As outras Receitas de Capital, são uma rubrica de natureza residual, compreendendo as receitas não suscetíveis de classificação nas demais receitas de capital, e em 2015 não tiveram execução orçamental.

As reposições não abatidas nos pagamentos, em termos de execução orçamental apresentam um desvio de 8.502,3% relativamente ao orçamentado, embora em termos absolutas este desvio não tenha grande significado, pois esta receita apenas contribui com 1% para o total.

No quadro seguinte apresenta-se a variação das receitas relativamente ao ano transato, quer em termos absolutos quer em termos percentuais.

Numa primeira abordagem pode-se verificar que no global as receitas do Município de Viana do Alentejo, aumentaram relativamente ao realizado em 2014, verificando-se uma variação positiva de 28,65%.

Quanto às receitas correntes, relativamente a 2014, a sua variação foi positiva em 2,4%.

As Receitas de Capital, comparativamente com 2014, sofreram um aumento com algum significado, atingindo os 116,81%.



Quadro 21 – Variação das receitas

RECEITAS	2014	2015	Variação 15/14	Taxa 15/14
CORRENTES				
Impostos diretos	619.085,45	767.545,76	148.460,31	23,98%
Impostos Indiretos	4.910,75	12.100,82	7.190,07	146,41%
Taxas multas e outras penalidades	45.581,44	57.764,24	12.182,80	26,73%
Rendimentos de propriedade	316.791,96	309.362,35	-7.429,61	-2,35%
Transferências correntes	3.879.857,76	4.049.761,48	169.903,72	4,38%
Venda de bens e serviços correntes	521.709,29	612.748,37	91.039,08	17,45%
Outras receitas correntes	23.140,31	70.563,73	47.423,42	204,94%
Total receitas correntes	5.411.076,96	5.879.846,75	468.769,79	8,66%
CAPITAL				
Venda de bens de investimento	2.518,80	12.183,98	9.665,18	383,72%
Transferências de Capital	858.594,19	1.861.517,00	1.002.922,81	116,81%
Ativos financeiros				
Passivos financeiros				
Outras receitas de capital				
Total receitas capital	861.112,99	1.873.700,98	1.012.587,99	117,59%
OUTRAS RECEITAS				
Reposições não abatidas nos pagamentos	99.367,76	85.023,36	-14.344,40	-14,44%
Saldo da gerência anterior	141.476,67	540.579,91	399.103,24	282,10%
Total das outras receitas	240.844,43	625.603,27	384.758,84	159,75%
TOTAL DAS RECEITAS	6.513.034,38	8.379.151,00	1.866.116,62	28,65%

A decomposição dos agregados da receita, mostra que os **Impostos Diretos** registaram uma subida de 23,98% traduzindo um aumento de arrecadação de receita face a 2014 de 148.460,31€, e que são reflexo de um aumento registado no Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT).

No que concerne ao capítulo de **Impostos Indiretos** constata-se também um aumento de 146,41% que se traduz em valores absolutos em 7.190,07€.

O capítulo de **Taxas, Multas e Outras Penalidades**, que traduzem na generalidade as operações com os particulares, sofreu um aumento de 26,73%, traduzido em termos absolutos no valor de 12.182,80€.

Os **Rendimentos de Propriedade** conheceram uma diminuição de 2,35%. Traduzindo-se numa redução na arrecadação da receita face a 2014 de 7,429,61€.

As **Transferências Correntes** apresentaram um acréscimo de 4,38% que resulta essencialmente do aumento das transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)

Relativamente às **Vendas de Bens e Serviços Correntes**, cuja evolução homóloga aponta para um aumento de 17,45% traduzindo-se em valores absolutos em 91.039,08€

Passando para as receitas de capital, começamos pela análise da rubrica de **Venda de Bens de Investimento** que apresenta um acréscimo em relação ao ano anterior de 383,72%, traduzindo-se em termos absolutos no valor de 9.662,18€.

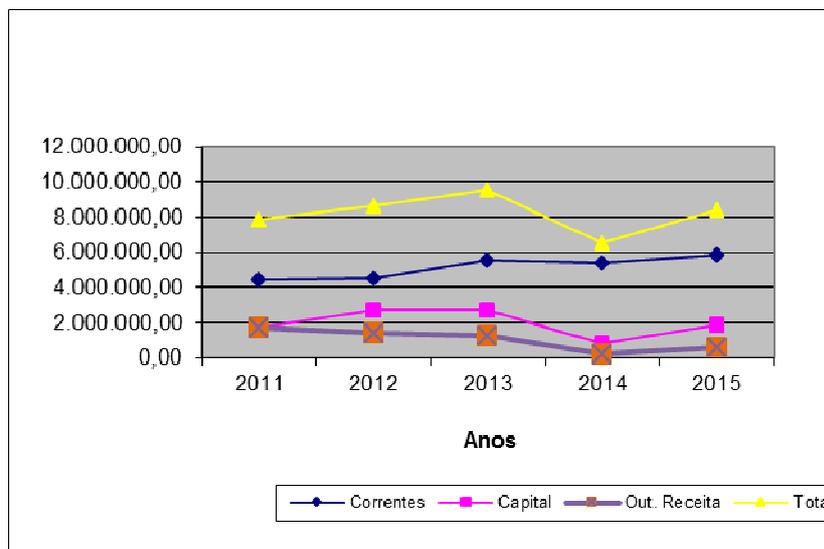
O capítulo das **Transferências de Capital** sofreu um acréscimo de 116,81%, por via de um forte aumento da execução financeira de projetos QREN, que em 2015 permitiu arrecadar um valor de 1.468.798,00€ referente a participação comunitária.

No quadro e gráfico seguintes podemos observar a evolução da receita ao longo dos últimos cinco anos.

Quadro 22 – Evolução da receita

	2011	2012	2013	2014	2015
Correntes	4.423.099,45	4.495.395,19	5.544.212,76	5.411.076,96	5.879.846,75
Capital	1.759.964,50	2.716.897,60	2.739.427,51	861.112,99	1.873.700,98
Out. Receita	1.705.553,88	1.437.332,97	1.287.554,52	240.844,43	625.603,27
Total	7.888.617,83	8.649.625,76	9.571.194,79	6.513.034,38	8.379.151,00

Gráfico 12 – Evolução da receita



2.1.2. - Despesa Paga

Neste capítulo, procede-se a uma avaliação da execução orçamental da despesa em termos de pagamento.

O Orçamento da Despesa acompanha o nível das receitas previsíveis e nesse sentido foram alocados todos os recursos em sede de orçamento da despesa inicial e corrigida.

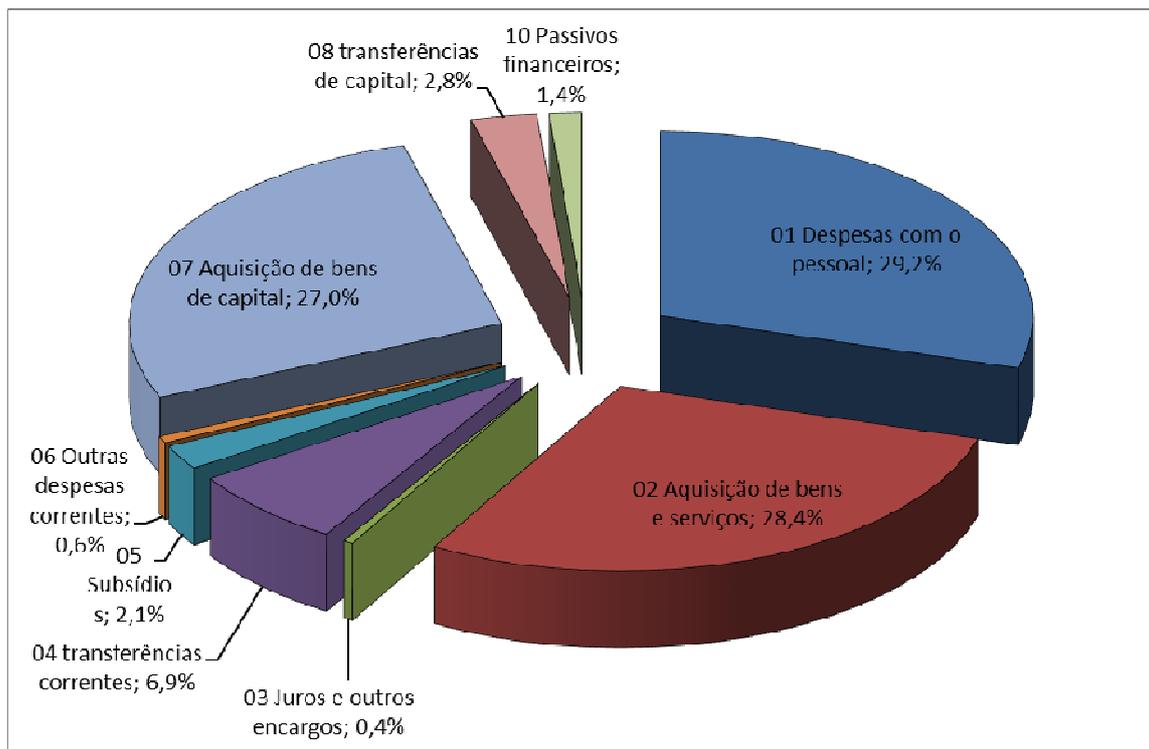


A análise do quadro e gráfico seguintes permite-nos avaliar a despesa sob a perspetiva económica, e apenas de execução a nível de pagamentos, identificando-se, por um lado, o destino privilegiado das despesas correntes e capital e, por outro, a sua natureza - despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências, encargos financeiros, investimento, etc.

Quadro 23 – Execução da despesa paga

Despesas	Orçamento corrigido	Execução	% de Execução	Desvio	% de Execução Global
Despesas Correntes					
01 Despesas com o pessoal	2.301.250,00	2.278.177,41	99,0%	-1,0%	29,2%
02 Aquisição de bens e serviços	2.652.946,86	2.211.815,78	83,4%	-16,6%	28,4%
03 Juros e outros encargos	37.350,00	33.823,01	90,6%	-9,4%	0,4%
04 Transferências correntes	551.940,91	535.389,46	97,0%	-3,0%	6,9%
05 Subsídios	188.700,00	166.730,87	88,4%	-11,6%	2,1%
06 Outras despesas correntes	49.225,00	45.005,22	91,4%	-8,6%	0,6%
Total das despesas correntes	5.781.412,77	5.270.941,75	91,2%	-8,8%	67,6%
Despesas de capital					
07 Aquisição de bens de capital	2.886.404,14	2.102.996,58	72,9%	-27,1%	27,0%
08 Transferências de capital	290.000,00	219.367,12	75,6%	-24,4%	2,8%
09 Ativos financeiros	96.814,00	48.407,00	50,0%	-50,0%	0,6%
10 Passivos financeiros	108.000,00	107.931,81	99,9%	-0,1%	1,4%
11 Outras despesas de capital	59.525,00	50.365,43	84,6%	-15,4%	0,6%
Total das despesas de capital	3.440.743,14	2.529.067,94	73,5%	-26,5%	32,4%
TOTAL GERAL	9.222.155,91	7.800.009,69	84,6%	-15,4%	100,0%

Gráfico 13 – Execução da despesa paga



2.1.2.1. Despesas Correntes Pagas

01 – Pessoal

As despesas com pessoal englobam as remunerações certas e permanentes com os membros dos órgãos autárquicos, com o pessoal do quadro, pessoal em qualquer outra situação e com os encargos inerentes à segurança social. No global estes encargos tiveram uma execução de 99,0%, e na generalidade todas as rubricas apresentam níveis de execução muito próximos do orçamentado, representando 29,2% do total das despesas.

02 – Aquisição de bens e serviços

Neste agrupamento incluem-se, de um modo geral, as despesas quer com bens de consumo (duráveis ou não) a que não possa reconhecer-se a natureza de despesas de capital quer, ainda, com a aquisição de serviços, compreendendo ainda a aquisição de serviços a terceiros. Esta rubrica apresenta um nível de execução de 83,4% desviando-se do previsto em 16,6%, com um peso total na despesa paga de 28,4%.



03 – Juros e Outros Encargos

Este capítulo orçamental é constituído pelas despesas relativas a juros provenientes da contratação de empréstimos bancários, de contratos de locação financeira, bem como outros juros, e apresenta, em 2015, uma execução de 90,6%, apresentando por isso um desvio de 69,4%.

04 – Transferências Correntes

Neste agrupamento são contabilizadas as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades receptoras, qualquer contraprestação direta para com a autarquia local e no final de 2015 apresentam uma execução orçamental de 97,0%, com um peso de 6,9% no total da despesa paga.

05 – Subsídios

Os subsídios em epígrafe tendo, embora, a natureza de transferências correntes, revestem-se, contudo, de características especiais que, sob o aspeto económico, recomendam uma identificação à parte daquelas. Assim foram aqui considerados os subsídios concedidos aos Projetos CEI (Contrato Emprego-Inserção), apresentando uma execução orçamental de 88,4%.

06 – Outras Despesas Correntes

Esta rubrica tem um carácter residual, abrangendo todas as despesas correntes não incluídas nas restantes rubricas, e apresentam no final de 2015, uma execução de 91,4%.

2.1.2.2. Despesas de Capital Pagas

No capítulo das aquisições de bens de capital, classificam-se as despesas destinadas a aumentar o capital fixo, quer por meio de aquisição a terceiros quer por produção própria e este capítulo teve uma execução de 72,9%, desviando-se do previsto em 27,1%

As Transferências de Capital, revestem características idênticas às já apontadas para as transferências correntes, e atingiram um nível orçamental de 75,6%.

Os Ativos financeiros correspondem às operações financeiras que respeitam à aquisição de títulos de dívida pública, ações e obrigações, assim como à concessão de empréstimos ou subsídios reembolsáveis, e que em 2015 teve uma execução de 50%.

Nos Passivos Financeiros são registadas as operações financeiras destinadas à amortização de empréstimos de médio e longo prazo contraídos pelo município, e verificou-se uma execução de 99,9%.

E por último, as Outras Despesas de Capital que é uma rubrica de natureza residual, nela são consideradas as demais despesas de capital que não são enquadráveis nas restantes rubricas, e que em 2015 tiveram uma execução de 73,5%.



Com base no quadro anterior, comparando o valor orçado (corrigido) das Despesas Totais (9.222.155,91€), com o efetivamente realizado (7.800.009,69€) no ano económico em análise, obtém-se uma taxa de execução a nível das despesas de 84,6%.

Da análise dos dois agregados da despesa, verifica-se que a execução ao nível das despesas correntes foi cerca de 91,2% em contraposição com os 73,5% das despesas de capital.

Numa perspetiva de pagamentos (esforço financeiro), temos o seguinte quadro comparativo entre os exercícios económicos de 2014 e 2015.

Quadro 24 – Variação das despesas pagas

DESPESAS	2014	2015	Varição 15/14	Taxa 15/14
CORRENTES				
Despesas com pessoal	2.315.954,39	2.278.177,41	-37.776,98	-1,63%
Aquisição de bens e serviços	1.873.869,16	2.211.815,78	337.946,62	18,03%
Juros e outros encargos	12.580,56	33.823,01	21.242,45	168,85%
Transferências correntes	441.715,76	535.389,46	93.673,70	21,21%
Subsídios	135.192,95	166.730,87	31.537,92	23,33%
Outras despesas correntes	64.277,13	45.005,22	-19.271,91	-29,98%
Total despesas correntes	4.843.589,95	5.270.941,75	427.351,80	8,82%
CAPITAL				
Aquisição de bens de capital	653.452,42	2.102.996,58	1.449.544,16	221,83%
Transferências de capital	323.200,08	219.367,12	-103.832,96	-32,13%
Ativos financeiros		48.407,00	48.407,00	
Passivos financeiros	129.318,66	107.931,81	-21.386,85	-16,54%
Outras despesas de capital	22.893,38	50.365,43	27.472,05	120,00%
Total despesas capital	1.128.864,54	2.529.067,94	1.400.203,40	124,04%
TOTAL DAS DESPESAS	5.972.454,49	7.800.009,69	1.827.555,20	30,60%

No global as despesas da C.M.V.A., entre 2014 e 2015, aumentaram 30,60%.

Quanto às Despesas Correntes, o seu acréscimo global relativamente a 2014, foi de 8,82% (em termos absolutos 427.351,80€). Com exceção da rubrica “Despesas com pessoal” e das “Outras Despesas Correntes”, todas sofreram um aumento relativamente ao ano transato.

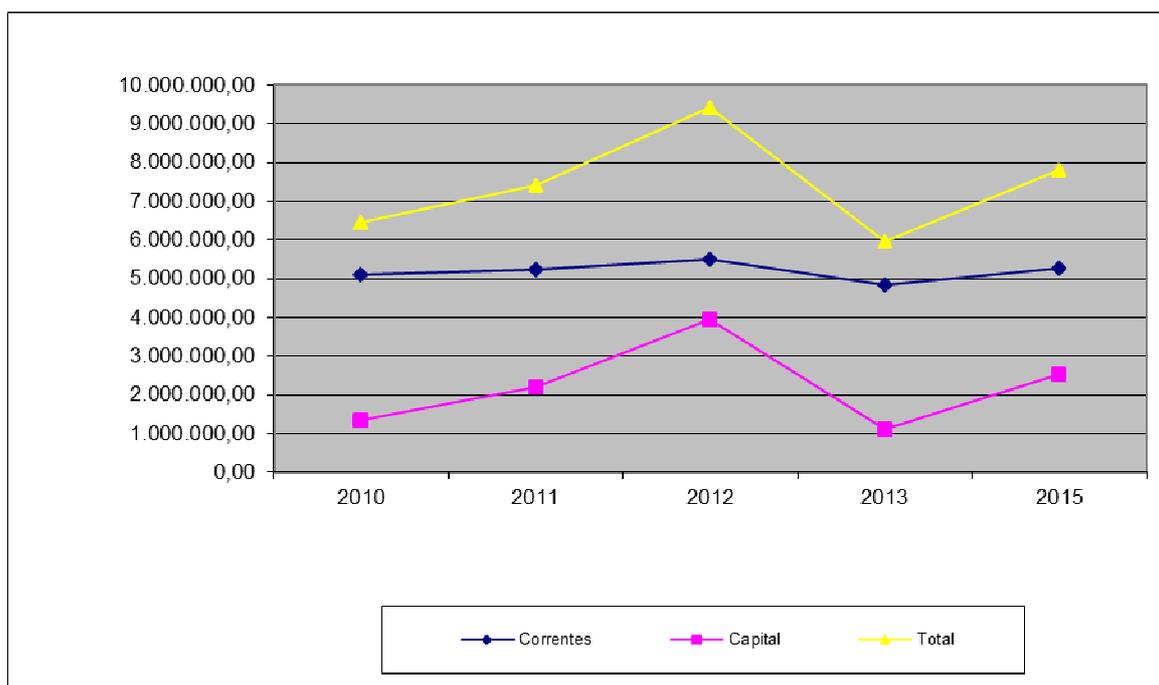
No que respeita Às Despesas de Capital, verificou-se em relação a 2014 também um forte acréscimo, atingindo os 124,04%. Em sentido inverso temos as “Transferências de Capital” que sofreram uma diminuição de 32,13% (em termos absolutos 103.832,96€).

Apresenta-se no quadro e gráfico seguintes a evolução das despesas ao longo dos últimos cinco anos.

Quadro 25 – Evolução da Despesa Paga

	2011	2012	2013	2014	2015
Correntes	5.115.533,62	5.226.840,50	5.482.994,55	4.843.589,95	5.270.941,75
Capital	1.346.756,96	2.196.181,75	3.946.723,57	1.128.864,54	2.529.067,94
Total	6.462.290,58	7.423.022,25	9.429.718,12	5.972.454,49	7.800.009,69

Gráfico 14 – Evolução da Despesa Paga



2.1.3. Despesa nas suas diferentes fases

No lado da despesa é importante referir que a execução em análise, se reporta à relação entre Despesa Paga e Despesa Orçada, quando em rigor o que deveria ser comparado, para avaliar a fiabilidade da Elaboração do Orçamento, era a relação entre compromissos assumidos no exercício e a despesa orçada, cujo grau de execução da despesa atinge os 90,3%, traduzindo por inerência desvios mais baixos e uma performance de execução superior, conforme se demonstra no quadro seguinte:



Quadro 26 - Execução da Despesa nas suas diferentes fases

Despesas	Orçamento Corrigido	Comprometida	% de Execução	Faturada	% de Execução	Paga	% de Execução
Despesas Correntes							
01 Despesas com o pessoal	2.301.250,00	2.288.361,12	99,4%	2.283.458,80	99,2%	2.278.177,41	99,0%
02 Aquisição de bens e serviços	2.652.946,86	2.517.817,48	94,9%	2.366.538,13	89,2%	2.211.815,78	83,4%
03 Juros e outros encargos	37.350,00	35.527,45	95,1%	33.823,01	90,6%	33.823,01	90,6%
04 Transferências correntes	551.940,91	545.548,02	98,8%	543.819,70	98,5%	535.389,46	97,0%
05 Subsídios	188.700,00	187.776,80	99,5%	166.730,87	88,4%	166.730,87	88,4%
06 Outras despesas correntes	49.225,00	47.231,22	95,9%	46.297,01	94,1%	45.005,22	91,4%
Total das despesas correntes	5.781.412,77	5.622.262,09	97,2%	5.440.667,52	94,1%	5.270.941,75	91,2%
Despesas de capital							
07 Aquisição de bens de capital	2.886.404,14	2.233.511,52	77,4%	2.106.123,78	73,0%	2.102.996,58	72,9%
08 Transferências de capital	290.000,00	252.197,30	87,0%	252.063,39	86,9%	219.367,12	75,6%
09 Ativos financeiros	96.814,00	48.407,00	50,0%	48.407,00	50,0%	48.407,00	50,0%
10 Passivos financeiros	108.000,00	107.931,83	99,9%	107.931,81	99,9%	107.931,81	99,9%
11 Outras despesas de capital	59.525,00	59.522,78	100,0%	59.522,78	100,0%	50.365,43	84,6%
Total das despesas de capital	3.440.743,14	2.701.570,43	78,5%	2.574.048,76	74,8%	2.529.067,94	73,5%
TOTAL GERAL	9.222.155,91	8.323.832,52	90,3%	8.014.716,28	86,9%	7.800.009,69	84,6%

O Orçamento de 2015 teve compromissos que representaram 90,3% do orçamento e uma realização (despesa faturada) de 86,9%.

No ano 2015, a despesa global comprometida, situou-se nos 8.323.832,52€, a despesa faturada em 8.014.716,28€ e a despesa paga em 7.800.009,69€.

Fazendo a diferença entre a despesa comprometida e a Despesa Paga obtemos o valor de 523.822,83€ que corresponde aos compromissos por pagar que irão onerar o orçamento do ano 2016.

No quadro seguinte apresenta-se a variação das despesas relativamente ao ano transato a um nível mais real (despesa comprometida e despesa faturada)

Quadro 27 – Variação das despesas comprometidas e faturadas

DESPESAS	Despesa Comprometida				Despesa Faturada			
	2014	2015	Varição 15/14	Taxa 15/14	2014	2015	Varição 15/14	Taxa 15/14
CORRENTES								
Despesas com pessoal	2.323.917,26	2.288.361,12	-35.556,14	-1,53%	2.316.477,63	2.283.458,80	-33.018,83	-1,43%
Aquisição de bens e serviços	2.257.870,21	2.517.817,48	259.947,27	11,51%	2.145.784,92	2.366.538,13	220.753,21	10,29%
Juros e outros encargos	12.594,86	35.527,45	22.932,59	182,08%	12.580,56	33.823,01	21.242,45	168,85%
Transferências correntes	452.589,94	545.548,02	92.958,08	20,54%	450.821,33	543.819,70	92.998,37	20,63%
Subsídios	137.089,24	187.776,80	50.687,56	36,97%	135.192,95	166.730,87	31.537,92	23,33%
Outras despesas correntes	80.101,21	47.231,22	-32.869,99	-41,04%	79.262,44	46.297,01	-32.965,43	-41,59%
Total despesas correntes	5.264.162,72	5.622.262,09	358.099,37	6,80%	5.140.119,83	5.440.667,52	300.547,69	5,85%
CAPITAL								
Aquisição de bens de capital	1.161.224,02	2.233.511,52	1.072.287,50	92,34%	689.046,41	2.106.123,78	1.417.077,37	205,66%
Transferências de capital	353.869,83	252.197,30	-101.672,53	-28,73%	353.735,92	252.063,39	-101.672,53	-28,74%
Ativos financeiros		48.407,00	48.407,00			48.407,00	48.407,00	
Passivos financeiros	129.318,66	107.931,83	-21.386,83	-16,54%	129.318,66	107.931,81	-21.386,85	-16,54%
Outras despesas de capital	41.208,08	59.522,78	18.314,70	44,44%	41.208,08	59.522,78	18.314,70	44,44%
Total despesas capital	1.685.620,59	2.701.570,43	1.015.949,84	60,27%	1.213.309,07	2.574.048,76	1.360.739,69	112,15%
TOTAL DAS DESPESAS	6.949.783,31	8.323.832,52	1.374.049,21	19,77%	6.353.428,90	8.014.716,28	1.661.287,38	26,15%



Avaliando a execução orçamental não apenas numa perspetiva de pagamentos, mas complementando com uma análise da despesa comprometida e faturada, pode-se aferir a verdadeira dinâmica sobre a realização da despesa.

No ano 2015, a despesa global comprometida situou-se em 8.323.832,52€, sendo superior em 1.374.049,21€ relativamente ao ano 2014, atingindo uma variação positiva de 19,77%. Em termos de despesa faturada a situação é similar, obteve-se também uma variação positiva de 26,15% (1.661.287,38€ em termos absolutos).

Analisando os agregados da despesa numa perspetiva da despesa comprometida, verificamos que as **Despesas com pessoal** registaram uma descida de 1,53% traduzindo uma redução de 35.556,14€ em termos absolutos.

O capítulo das **Aquisições de bens e serviços** sofreu um aumento de 11,51%, traduzindo-se em termos absolutos numa subida de 259.947,27€.

No que concerne aos **Juros e Outros Encargos** constata-se um aumento de 182,08% que se traduz em valores absolutos em 22.932,59€.

As **Transferências Correntes** apresentam um acréscimo de 20,54% (92.958,08€ em termos absolutos).

Os **Subsídios** sofreram também um acréscimo de 36,97 que se traduz em termos absolutos em 50.687,56€.

As **outras despesas correntes** sofreram uma diminuição de 41,04% (32.869,99€ em termos absolutos).

Passando para as Despesas de Capital, começamos pela análise da rubrica de **Aquisição de Bens de Capital** que sofreu um forte aumento de 92,34% que se traduz em valores absolutos em 1.072.287,5€. Este acréscimo deveu-se essencialmente à obra do “Paço do Henriques”.

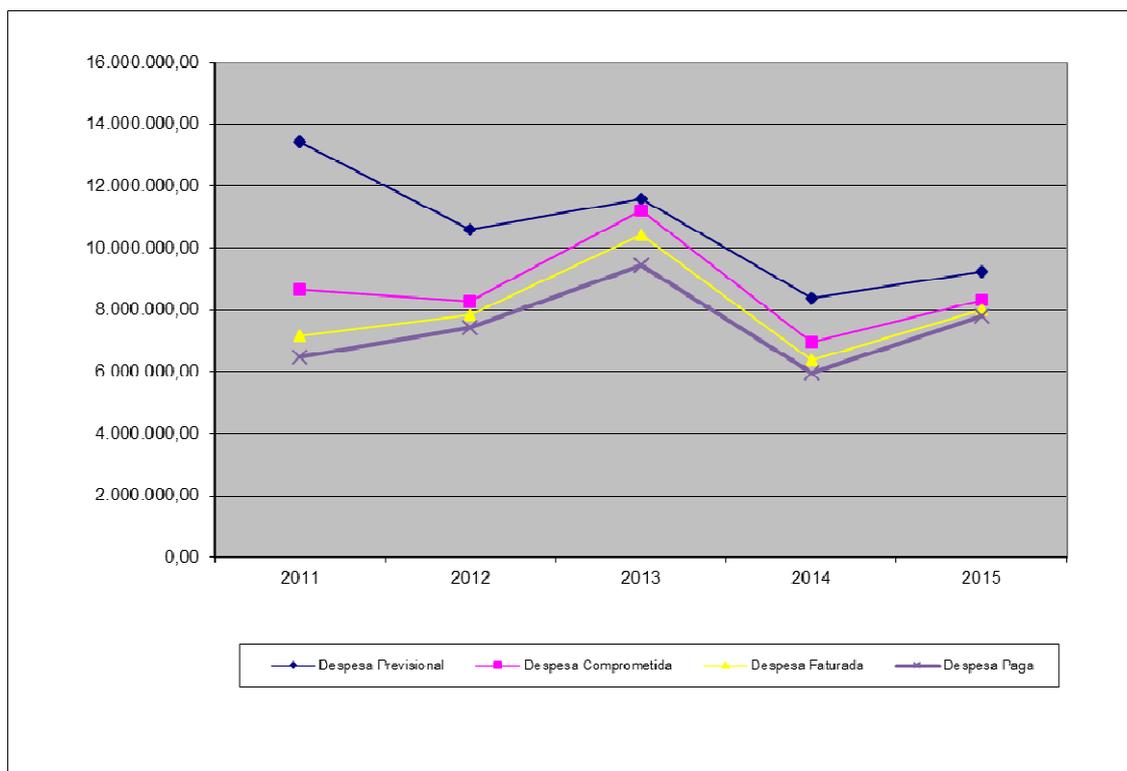
A rubrica das **Transferências de Capital** sofreu um decréscimo de 28,73%, cifrando-se em termos absolutos em 101.672,53€.

Resumidamente e tendo presente as diferentes óticas e análise da despesa temos a seguinte evolução ao longo dos últimos cinco anos.

Quadro 28 – Evolução da Despesa nas suas diferentes fases

	2011	2012	2013	2014	2015
Despesa Previsional	13.429.690,11	10.588.672,25	11.602.349,51	8.366.425,67	9.222.155,91
Despesa Comprometida	8.666.906,46	8.283.180,25	11.218.661,42	6.949.783,31	8.323.832,52
Despesa Faturada	7.154.177,37	7.827.501,13	10.440.801,75	6.353.428,90	8.014.716,28
Despesa Paga	6.462.290,58	7.423.022,25	9.429.718,12	5.972.454,49	7.800.009,69

Gráfico 15 – Evolução da Despesa nas suas diferentes fases



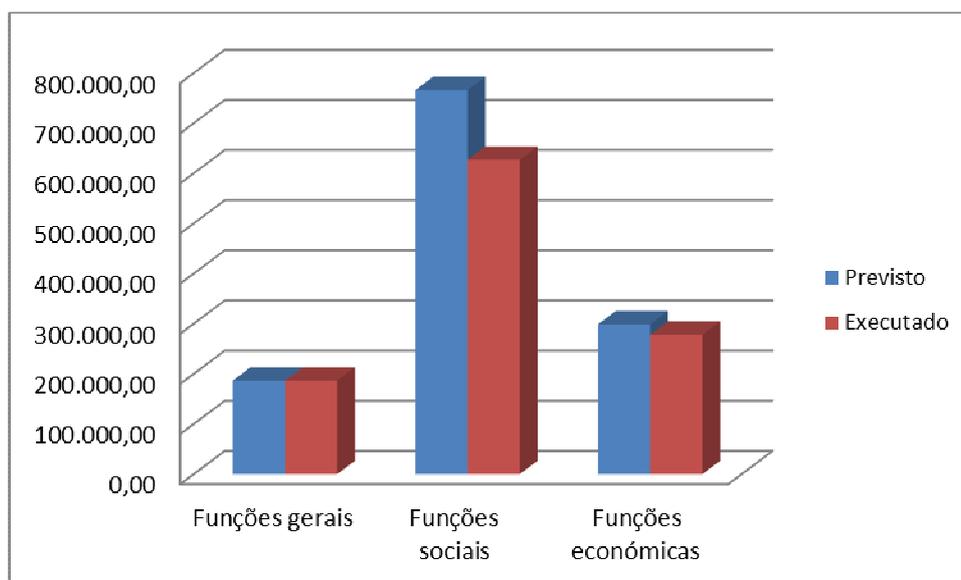
2.2. Análise das Grandes Opções do Plano

Em conformidade com o ponto 2.3 do POCAL os documentos previsionais a apresentar pelas autarquias locais são as Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento. Portanto para além da análise orçamental importa também fazer uma análise à execução destes documentos previsionais. Nas GOP são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico e estas incluem designadamente as Atividades Mais Relevantes. Nas AMR's são evidenciadas as atividades, de carácter corrente, a desenvolver num exercício económico ao passo que no PPI são refletidos os projetos de investimento a realizar num quadriénio. Relativamente a 2015 e quanto às AMR's em termos globais a sua execução alcançou 87,24% da despesa inicialmente prevista, sendo que as funções gerais tiveram uma execução de 100%, as funções sociais de 81,85% e as funções económicas de 93,10%.

Quadro 29 – Execução das AMR

Objetivo	2015		
	Previsto	Executado	% Exec.
Funções gerais	186.600,00	186.600,00	100,00%
Administração Geral	186.600,00	186.600,00	100,00%
Funções sociais	765.975,26	626.915,88	81,85%
Saúde	500,00		0,00%
Segurança e Ação Social	6.200,00	4.984,64	80,40%
Habituação e Serviços Coletivos	710.210,00	575.087,81	80,97%
Serviços Culturais e Religiosos	49.065,26	46.843,43	95,47%
Funções económicas	298.839,48	278.231,83	93,10%
Comércio e Turismo	298.839,48	278.231,83	93,10%
Total	1.251.414,74	1.091.747,71	87,24%

Gráfico 16 – Execução das AMR

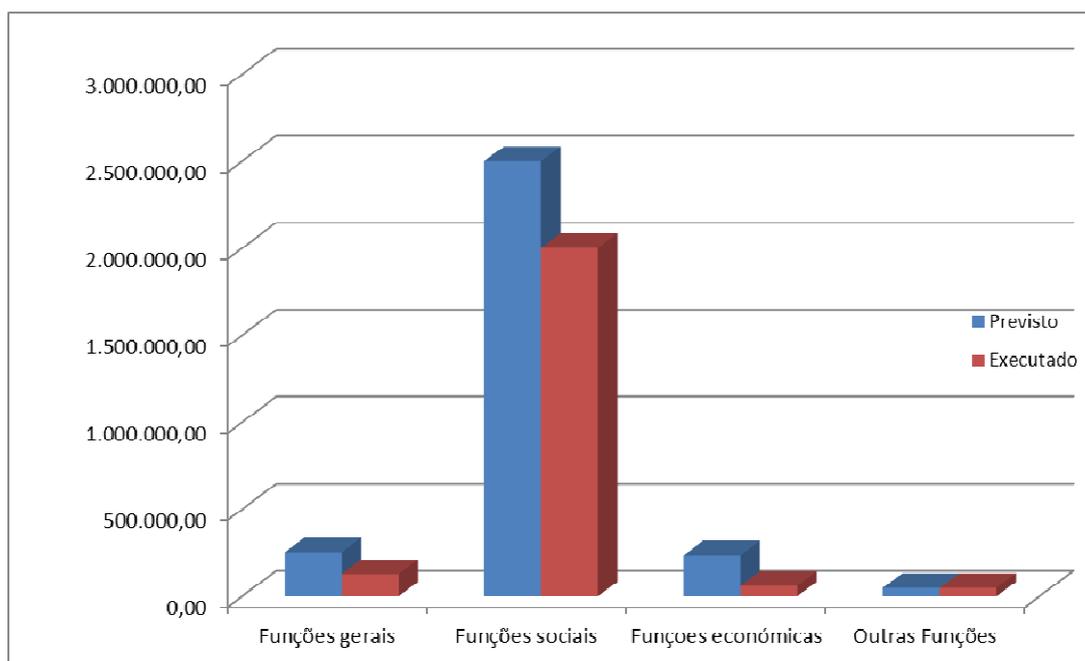




No que concerne ao PPI a gerência de 2015 teve uma execução de 73,77% relativamente ao montante previsto, as funções gerais tiveram uma execução de 50,66%, as funções sociais de 80,09%, as funções económicas de 25,81% e as outras funções atingiram os 100%.

Quadro 30 – Execução do PPI

Objetivo	2015		
	Previsto	Executado	% Exec.
Funções gerais	252.810,00	128.061,81	50,66%
Administração Geral	249.810,00	128.061,81	51,26%
Segurança e Ordem Pública	3.000,00	0,00	0,00%
Funções sociais	2.500.354,00	2.002.614,68	80,09%
Educação	18.500,00	1.045,50	5,65%
Segurança e Acção Sociais	10.000,00	0,00	0,00%
Habituação e Serviços Coletivos	346.105,00	103.981,90	30,04%
Serv. Culturais, Recreativos e Religiosos	2.125.749,00	1.897.587,28	89,27%
Funções económicas	234.561,26	60.540,92	25,81%
Indústria e Energia	3.000,00	0,00	0,00%
Transportes e Comunicações	211.561,26	60.540,92	28,62%
Comércio e Turismo	20.000,00	0,00	0,00%
Outras Funções	48.407,00	48.407,00	100,00%
Diversas - Unidades de Participação	48.407,00	48.407,00	100,00%
Total	3.036.132,26	2.239.624,41	73,77%

Gráfico 17 – Execução do PPI

2.3. Recursos Humanos

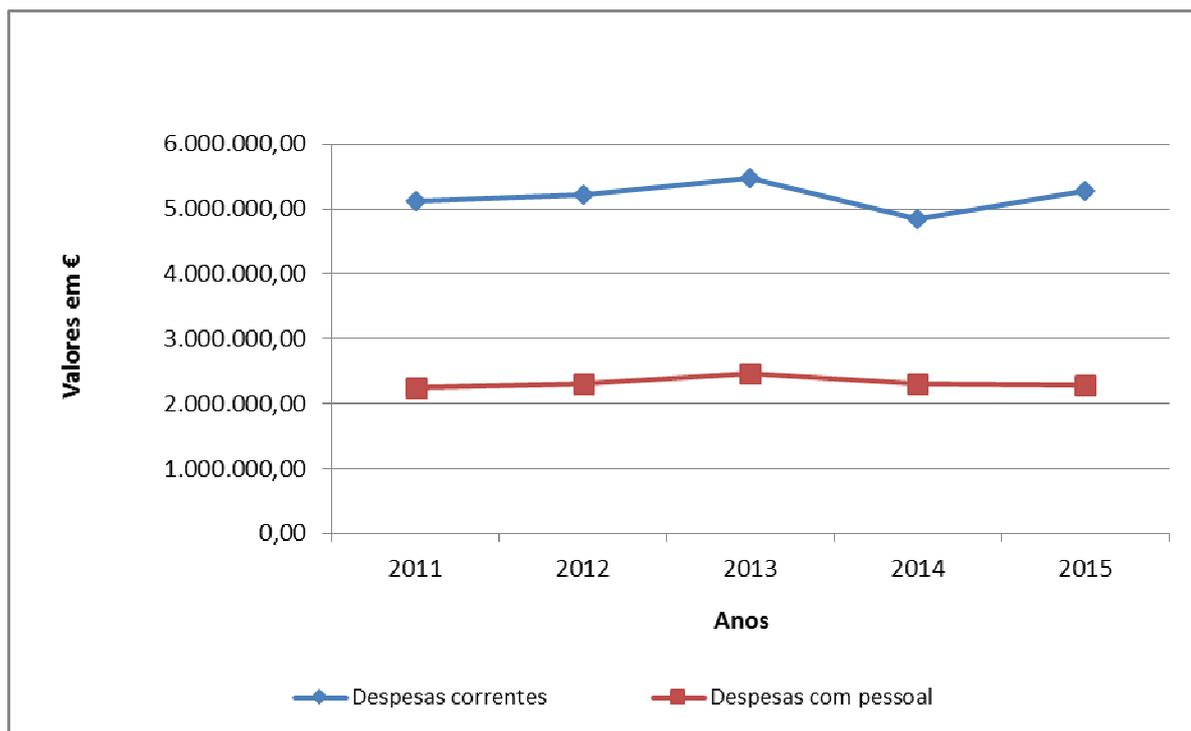
Os encargos com o Pessoal ocupam um grande peso na globalidade das despesas correntes do Município, correspondendo a 43,22% das Despesas Correntes.

Quadro 31 - Peso do Custo do Pessoal na Despesa Corrente

Anos	2011	2012	2013	2014	2015
Despesas correntes	5.115.533,62	5.226.840,50	5.482.994,55	4.843.589,95	5.270.941,75
Despesas com pessoal	2.246.168,25	2.297.456,43	2.457.623,03	2.315.954,39	2.278.177,41
Percentagem	43,91%	43,95%	44,82%	47,81%	43,22%

Com um valor global 2.278.177,41€ as despesas com pessoal tiveram um decréscimo de 37.776,98€, sendo que em termos percentuais teve uma diminuição de 4,59% em relação ao ano anterior, em virtude das despesas correntes terem também aumentado.

Gráfico 18 - Peso do Custo do Pessoal na Despesa Corrente

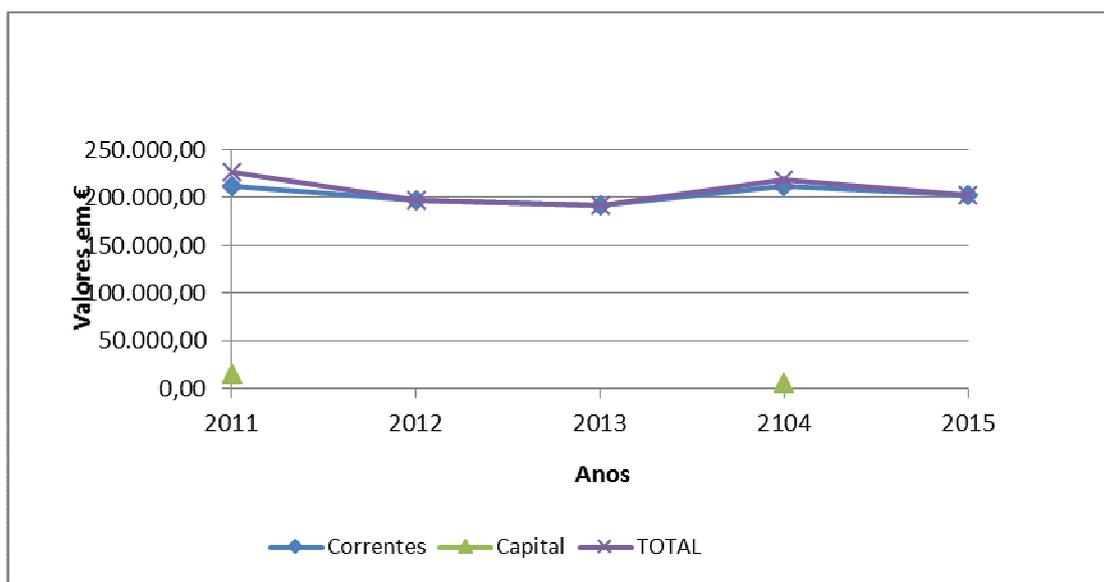


2.4. Transferências para as Freguesias

Quadro 32 - Transferências para as Freguesias

Anos	2011	2012	2013	2104	2015
Correntes	211.600,00	197.850,00	192.600,00	211.600,00	203.100,00
Capital	14.900,00			6.500,00	
TOTAL	226.500,00	197.850,00	192.600,00	218.100,00	203.100,00

Gráfico 19 – transferências para as Freguesias





2.5. Análise económica e financeira

2.5.1. Custos

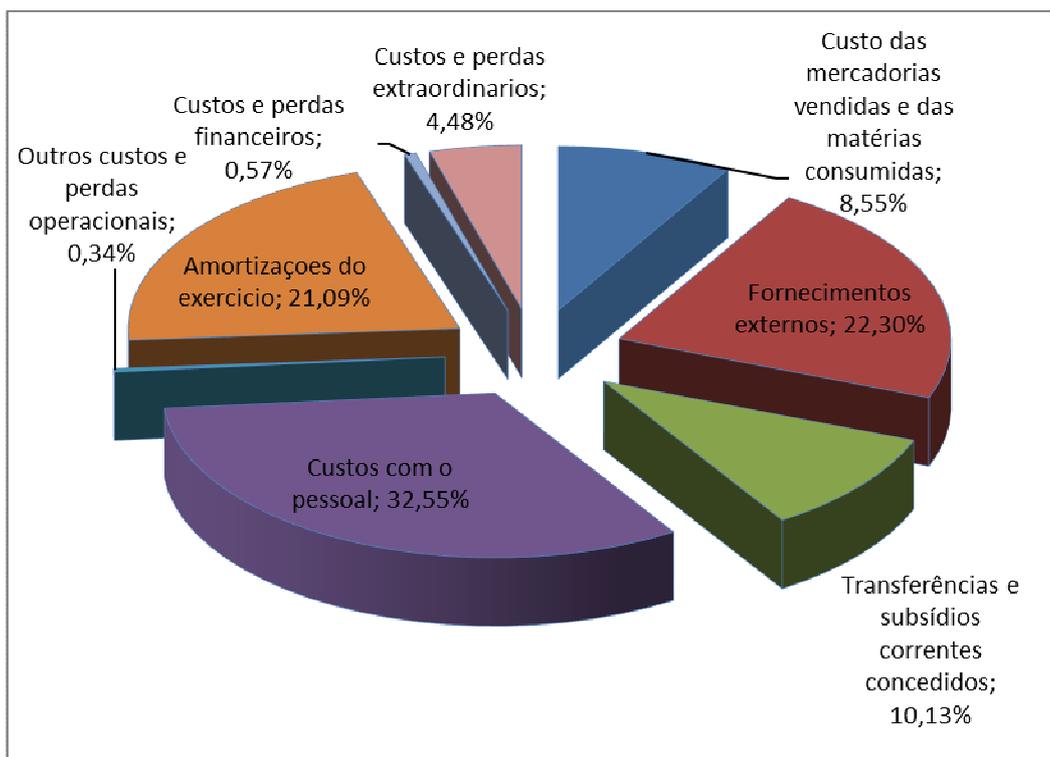
As contas patrimoniais da classe 6 – Custos e Perdas refletem todos os custos e perdas que a autarquia suporta no decorrer da sua atividade, representando assim as diminuições da situação líquida e desdobram-se em custos operacionais (atividade corrente), custos financeiros (operações financeiras) e custos de natureza excecional (extraordinária).

Quadro 33 – Análise de Custos

Rubricas	Montante	%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	601.569,38	8,55%
Fornecimentos externos	1.569.037,14	22,30%
Transferências e subsídios correntes concedidos	712.765,27	10,13%
Custos com o pessoal	2.290.382,61	32,55%
Outros custos e perdas operacionais	23.913,56	0,34%
Amortizações do exercício	1.483.918,37	21,09%
Custos e perdas financeiros	39.979,99	0,57%
Custos e perdas extraordinários	315.196,31	4,48%
Total	7.036.762,63	100,00%

No exercício económico de 2015 os custos e perdas ascendem a 7.036.762,63 €, com destaque para os custos com pessoal que representam 32,55% do total, seguindo-se os fornecimentos e serviços externos com 22,30% e as amortizações com 21,09%. As transferências e subsídios concedidos assumem também algum peso (10,13%), assim como o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas com 8,55%.

Gráfico 20 – Análise dos custos



2.5.2. Proveitos

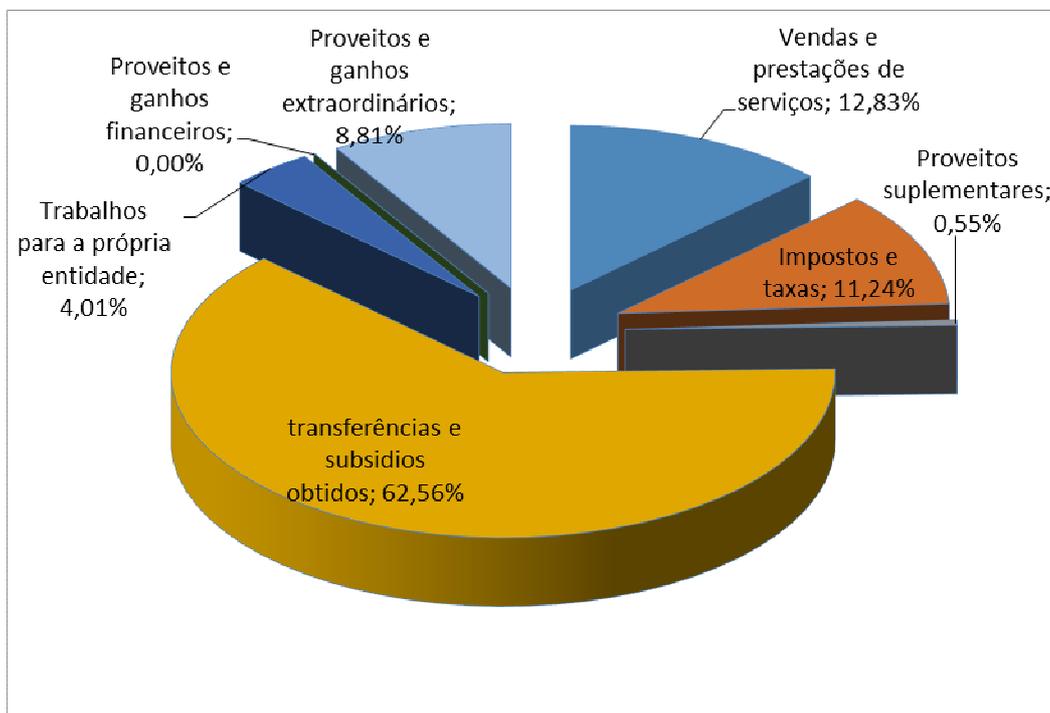
Nas contas de proveitos registam-se todos os proveitos e ganhos que a entidade obtém na sua atividade, representando assim os aumentos da situação líquida decorrentes da atividade da autarquia.

Quadro 34 – Análise dos proveitos

Rubricas	Montante	%
Vendas e prestações de serviços	907.355,05	12,83%
Impostos e taxas	794.683,74	11,24%
Proveitos suplementares	39.082,08	0,55%
Transferências e subsídios obtidos	4.424.716,52	62,56%
Trabalhos para a própria entidade	283.821,55	4,01%
Proveitos e ganhos financeiros	3,31	0,00%
Proveitos e ganhos extraordinários	623.369,90	8,81%
Total	7.073.032,15	100,00%

Na gerência de 2015 os proveitos e ganhos ascenderam a 7.073.032,15 €, com especial destaque para as transferências e subsídios obtidos que representam 62,56 % do total. Os impostos e taxas representam também algum peso (11,24%), assim vendas e prestações de serviços com 12,83%.

Gráfico 21 – Análise dos proveitos



2.5.3. Resultados

Pela análise dos resultados operacionais constata-se que os proveitos não foram suficientes para comportar a despesa da mesma natureza, sendo o resultado operacional de (-) 231.927,39€. Os resultados financeiros também foram negativos e ascendem a 39.976,68€. E, por consequência, os resultados correntes que resultam da soma dos resultados operacionais com os resultados financeiros e no exercício económico de 2015 totalizaram (-) 271.904,07€. Os resultados extraordinários são positivos e atingiram o valor de 308.173,59€.

Quadro 35 – Análise dos resultados

Rubricas	Montante
Resultados operacionais	-231.927,39
Resultados financeiros	-39.976,68
Resultados correntes	-271.904,07
Resultados extraordinários	308.173,59
Resultado líquido do exercício	36.269,52

2.5.4. Endividamento

2.5.4.1. Curto Prazo

Conforme se verifica no quadro seguinte, no global a dívida de curto prazo aumentou em relação ao ano anterior. Este aumento deveu-se essencialmente a três fatores:

1º - Foi considerado na conta “Empréstimos” o valor das amortizações a pagar no ano seguinte (85.588,22€), sendo que anteriormente estavam consideradas na sua totalidade na dívida de Longo Prazo.

2º - Seguindo o mesmo critério, foi também considerado na dívida de Curto prazo o valor da prestação do Fundo de Apoio Municipal (FAM) a pagar em 2016 (48.407,00€) que se encontra incluída na rubrica “Outros Credores”.

3º - Na rubrica “Estado” estão incluídos os encargos com Segurança Social (28.271,48€) referentes ao mês de dezembro/2015 a pagar em janeiro/2016. Anteriormente contabilizados na conta “2732 – Remunerações a pagar”.

Quadro 36 – Endividamento curto prazo

Designação	2011	2012	2013	2014	2015	variação 2014/2015
Fornecedores c/c	496.777,90	86.941,61	203.117,46	115.072,76	78.353,12	-31,91%
Fornecedores, faturas em receção e conferencia	4.562,99	78.433,02	133.433,51	216.982,84	109.213,51	-49,67%
Fornecedores de imobilizado c/c	480,55	123.720,92	103.491,64	43.410,24	2.570,77	-94,08%
Fornecedores de imobilizado faturas em receção e conf.		61,60	14.087,08	12,90	13.736,59	106385,19%
Empréstimos					85.588,22	
Estado	25.780,40	25.661,99	34.929,10	34.977,68	60.339,59	72,51%
Outros Credores	197.615,44	120.244,20	31.751,44	14.607,53	64.813,74	343,70%
Garantias e Cauções	30.280,63	52.522,73	130.607,69	137.682,08	190.799,59	38,58%
Total	755.497,91	487.586,07	651.417,92	562.746,03	605.415,13	7,58%

2.5.4.2. Médio e Longo Prazo

No que concerne à dívida de médio e longo prazo, ou seja aquela que é exigível num horizonte temporal superior a um ano, no exercício económico de 2015 verificou-se uma diminuição de 44,91% relativamente ao ano anterior, sendo que esta descida encontra-se fortemente influenciada pelas alterações referidas anteriormente.

A Lei n.º 53/2014 de 25 de agosto que aprovou o regime jurídico da recuperação financeira municipal (RJRFM) regulamentando o Fundo de Apoio Municipal (FAM), estipula no n.º 1 do artigo 17.º, que o capital social do FAM é de 650.000.000,00€, sendo que o n.º 2 dispõe que a contribuição dos municípios é de 50% desse valor, ou seja 325.000.000,00€. O n.º 3 apresenta a fórmula de imputação do valor da contribuição global que cabe a cada município, cabendo ao município de Viana do Alentejo o valor de 338.851,52€.

Assim e de acordo com o previsto no n.º 1 do art.º 19.º a realização deste montante será efetuada em 7 anos na seguinte forma: - 48.407,00€ nos anos de 2015 a 2020 e 48.409,52€ no ano de 2021.

Durante o ano de 2015, o Município de Viana do Alentejo procedeu ao respetivo pagamento, dentro dos prazos estipulados, sendo a dívida atual de 290.444,52€. (242.444,52€ considerados na dívida de Longo Prazo e 48.407,00€ no Curto Prazo.

É de referir que o montante referente à contribuição de cada município para o FAM não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52º da Lei 73/2013 de 3 de setembro.

Quadro 37 – Endividamento médio e longo prazo

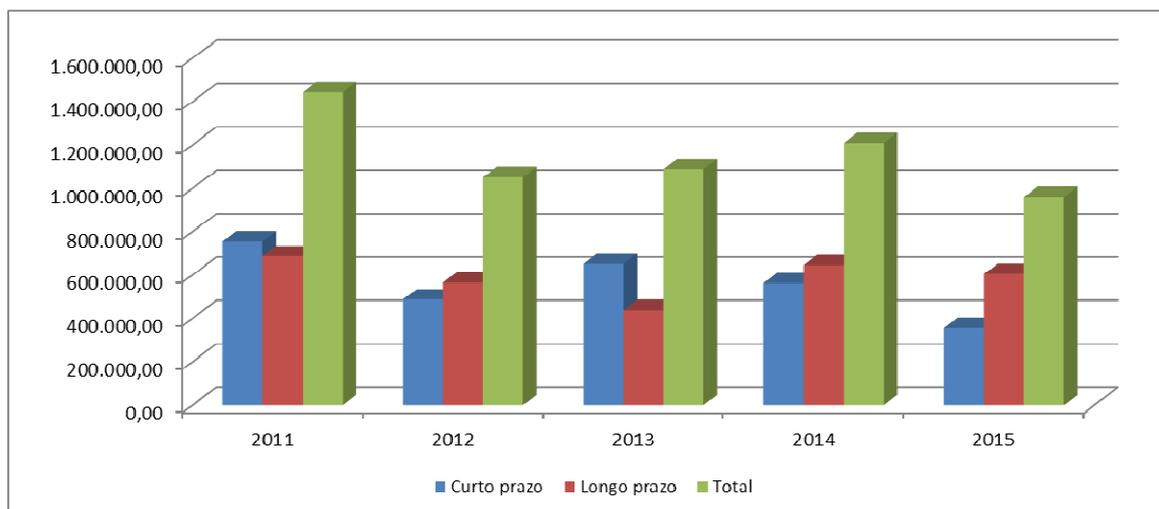
Designação	2011	2012	2013	2014	2015	variação 2014/2015
Empréstimos MLP	687.881,54	564.729,20	436.880,18	307.561,52	114.041,49	-62,92%
Out.Dev. MLP - Fundo de Apoio Municipal				338.851,52	242.037,52	-28,57%
Total	687.881,54	564.729,20	436.880,18	646.413,04	356.079,01	-44,91%

Analisando o endividamento numa perspetiva global verifica-se que entre a gerência de 2014 e 2015 houve uma diminuição de 20,48% o que em termos absolutos implica um decréscimo de 247.664,93 €.

Quadro 38 – Endividamento total

Designação	2011	2012	2013	2014	2015	variação 2014/2015
Curto prazo	755.497,91	487.524,47	651.417,92	562.746,03	356.079,01	-36,72%
Médio e longo prazo	687.881,54	564.729,20	436.880,18	646.413,04	605.415,13	-6,34%
Total	1.443.379,45	1.052.253,67	1.088.298,10	1.209.159,07	961.494,14	-20,48%

Gráfico 22 - Evolução do endividamento





2.5.4.3. Rácios de endividamento

Para uma análise mais detalhada do endividamento apresenta-se o quadro seguinte onde são abordados um conjunto de rácios:

Quadro 39 – Rácios de endividamento

Rácios de endividamento				
1	Endividamento	<u>Passivo</u> Ativo líquido	<u>10.061.103,10</u> 26.481.001,10	37,99%
2	Endividamento MLP	<u>Dívidas de MLP</u> Ativo líquido	<u>356.079,01</u> 26.481.001,10	1,34%
3	Endividamento de CP	<u>Dívidas de curto prazo</u> Ativo líquido	<u>605.415,13</u> 26.481.001,10	2,29%
4	Estrutura do endividamento MLP	<u>Dívidas de MLP</u> Passivo	<u>356.079,01</u> 10.061.103,10	3,54%
5	Estrutura do endividamento CP	<u>Dívidas de curto prazo</u> Passivo	<u>605.415,13</u> 10.061.103,10	6,02%

O total do passivo representa 37,99% do ativo líquido, sendo que o endividamento de médio e longo prazo é menos representativo (1,34%) que o endividamento de curto prazo (2,29%). As dívidas de curto prazo têm um peso no passivo de 6,02%, sendo que as dívidas de médio e longo prazo são menos relevantes representando 3,54% do total do passivo.

2.5.4.4. Limite da Dívida Total

A Lei n.º 73/2013, de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais – RFALEI) veio, no seu art.º 53º, estabelecer um novo conceito no que concerne o endividamento municipal, que é o de dívida total de operações orçamentais.

O n.º 1 do art.º 52º define o limite da dívida total que não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

No quadro seguinte podemos observar que o limite para o ano de 2015 foi de 7.699.185,14 €.



Quadro 40 – Limite da Dívida Total para o ano de 2015

RECEITAS	2012	2013	2014	Média
CORRENTES				
Impostos diretos	515.203,31	794.883,46	616.457,39	642.181,39
Impostos Indiretos	10.066,59	15.399,22	4.910,75	10.125,52
Taxas multas e outras penalidades	32.281,67	30.594,71	45.581,44	36.152,61
Rendimentos de propriedade	277.511,34	405.078,97	316.791,96	333.127,42
Transferências correntes	2.854.736,44	3.659.171,57	3.879.857,76	3.464.588,59
Venda de bens e serviços correntes	752.322,65	532.039,38	521.709,29	602.023,77
Outras receitas correntes	42.156,66	68.475,40	23.140,31	44.590,79
Total receitas correntes	4.484.278,66	5.505.642,71	5.408.448,90	5.132.790,09
LIMITE DA DÍVIDA 2014				
1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 exercícios anteriores				7.699.185,14

O n.º 2 do art.º 53 do RFLAEI refere que a dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação e quaisquer outras formas de endividamento junto de instituições financeiras, bem como os restantes débitos a terceiros decorrentes das operações orçamentais. No art.º 54.º definem-se as entidades relevantes para efeitos da dívida total, que no caso do Município de Viana do Alentejo são a ANMP (Associação Nacional de Municípios), a CIMAC (Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central) e a AMCAL (Associação de Municípios do Alentejo Central).

A alínea b) do n.º 3 do art.º 52 refere que sempre que o Município cumpra o limite previsto no n.º1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios. Pelo que essa margem para o Município de Viana do Alentejo em 31 de Dezembro de 2015 era de 1.450.360,92€, conforme se demonstra do quadro seguinte.

**Quadro 41 – Endividamento – Limite da Dívida
Total**

CONTAS		Dívida Total à data de 31-12-2015		
Códigos	Descrição	Sado Devedor	Saldo Credor	Endividamento
21.7	Clientes e Utentes c/ Cauções		1.584,00	1.584,00
22.1.1	Fornecedores C/C		78.353,12	78.353,12
22.8	Fornecedores - Faturas em receção e conferência		109.213,51	109.213,51
23.1.2	Empréstimos de Médio e Longo Prazo		199.629,71	199.629,71
24	Estado e Outros Entes Públicos		60.339,59	60.339,59
26.1	Fornecedores de Imobilizado		205.522,95	205.522,95
26.3	Sindicatos		504,34	504,34
26.8.1	Credores das Administrações Públicas		298.874,76	298.874,76
26.8.5	Devedores e Credores de ONO		2.327,99	2.327,99
26.8.9	Credores Diversos		5.144,17	5.144,17
Entidades relevantes p/ efeitos do Limite da dívida total				
	CIMAC		82,40	82,40
	AMCAL		1.690,62	1.690,62
	ANMP		257,91	257,91
				0,00
				0,00
DÍVIDA TOTAL		0,00	963.525,07	963.525,07
	Dívidas de Operações de Tesouraria		225.700,03	225.700,03
	Fundo de Apoio Municipal		290.444,52	290.444,52
DÍVIDA ORÇAMENTAL		0,00	447.380,52	447.380,52

Margem disponível para endividamento	
Limite da dívida total para 2015	7.699.185,14
Dívida em 31-12-2015	447.380,52
	7.251.804,62

Limite de 20% da margem 1.450.360,92

2.5.5. Valores a Receber de Terceiros

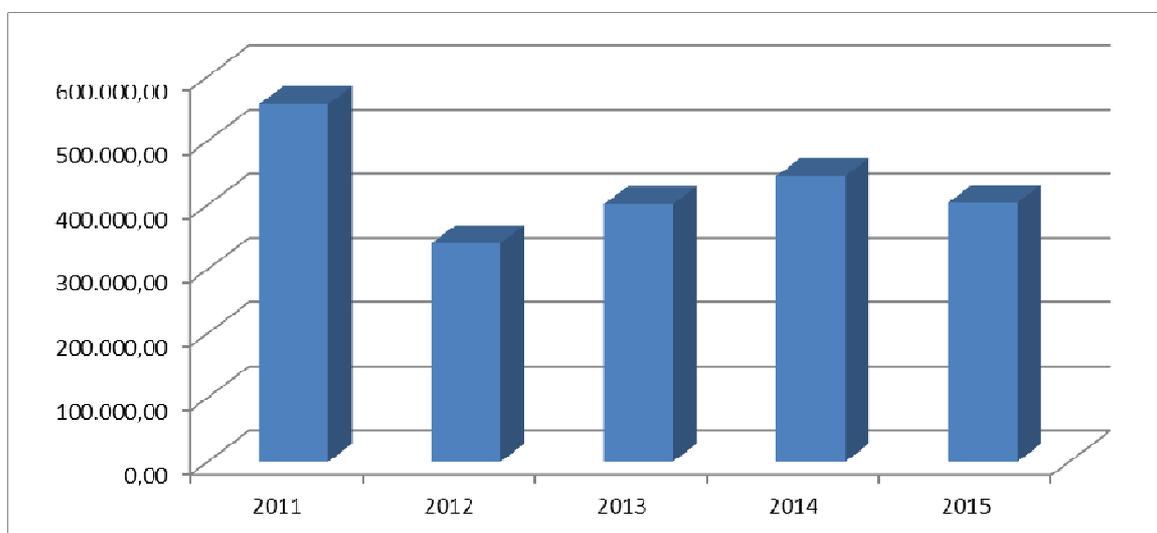
A Câmara Municipal para a satisfação das necessidades dos munícipes fornece-lhes um conjunto de bens e serviços mediante o pagamento de um determinado valor. Contudo nem sempre esse pagamento é atempado, ou seja verifica-se o fornecimento do bem ou a prestação do serviço sem que se receba de imediato a correspondente contrapartida monetária. No final da gerência de 2015 o Município tinha por receber de terceiros um montante total de 403.793,64€. Comparativamente ao ano de 2014 verificou-se uma diminuição de 9,23%.

Relativamente ao valor a receber de “Outros devedores” este decorre, em grande parte, de candidaturas aprovadas para financiamentos de diversos projetos municipais.

Quadro 42 – Dívidas de terceiros

Designação	2011	2012	2013	2014	2015	variação 2014/2015
Contribuintes c/c	674,03	1.061,00	843,48	0,00	0,00	
Utentes c/c	95.123,37	96.322,12	108.243,45	68.982,19	74.657,96	8,23%
Clientes , contrib e utentes de cob. Duvidosa	1.881,06	1.881,06	1.875,81	57.801,13	54.655,30	-5,44%
Estado	6.522,53	10.538,23	20.617,73	19.416,42	23.509,84	21,08%
Outros Devedores	452.886,33	230.835,05	269.547,37	298.664,60	250.970,54	-15,97%
Total	557.087,32	340.637,46	401.127,84	444.864,34	403.793,64	-9,23%

Gráfico 23 – Evolução das dívidas de terceiros



Há ainda a salientar que não constam na dívida os valores a receber da Autoridade Tributária referentes às receitas fiscais do Município, dado que a informação disponibilizada é insuficiente, nomeadamente quanto ao ano de origem e à probabilidade da sua boa cobrança. No entanto, a AT disponibilizou no seu portal, nos termos do nº2 do artigo 17º, do Decreto-Lei nº 127/2012 de 21 de junho, o valor dos recebimentos em atraso referentes às referidas receitas, conforme quadro seguinte:

Quadro 43 – Dívidas a receber da AT

Ano	Imposto	N.º nota de cobrança	Pagamentos e recebimentos em atraso (quantia exequenda)
2015	IMI	Valores Agregados	60.393,63
2015	IMT	167806408823403	8.009,96
2015	IMT	Valores Agregados	2.053,40
2015	IUC	Valores Agregados	28.481,69
2015	SISA	Valores Agregados	1.240,50
Total			100.179,18



3. AFECTAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO

De acordo com as demonstrações financeiras do ano 2015, o resultado líquido do exercício foi positivo e cifrou-se em 36.269,52 €, valor que se encontra evidenciado tanto no Balanço como na Demonstração de Resultados.

Assim nos termos do estipulado no ponto 2.7.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22/2 a Câmara Municipal propõe a seguinte aplicação de resultados:

1º Que o resultado líquido do exercício no valor de 36.269,52 €, seja transferido para a conta 59 – “Resultados Transitados”.

4. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o encerramento do exercício não se verificaram factos merecedores de relevância.

5. SISTEMA DE CONTABILIDADE DE CUSTOS

Comparando os dados de 2015 com os de 2014 podemos verificar uma diminuição de custos com maior ênfase nas atividades municipais e nos custos de estrutura.

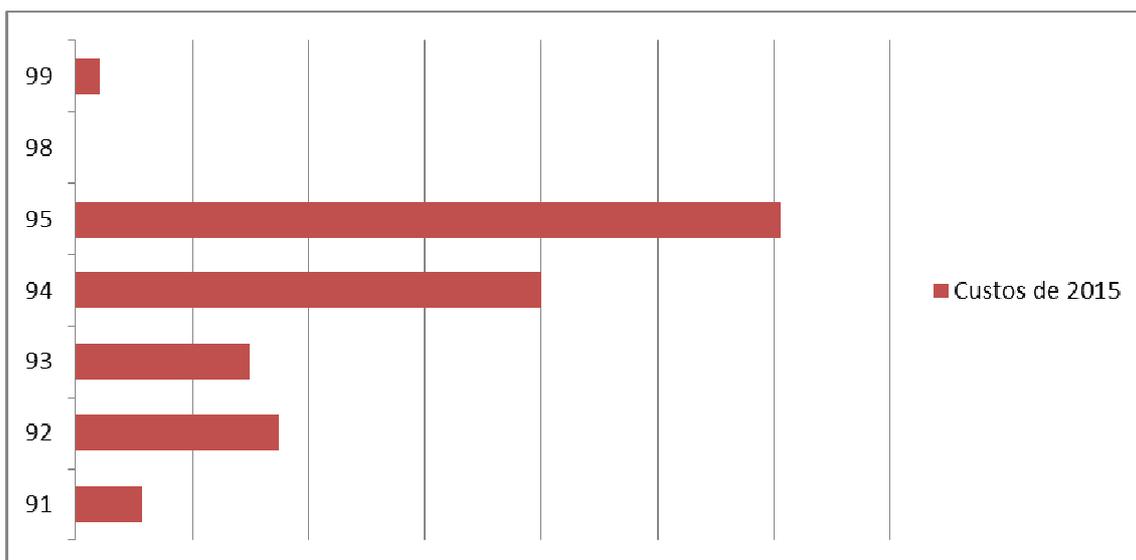
Globalmente existiu uma diminuição de custos de 2015 para 2014.

Consultando o quadro infra apresentado podemos verificar que as Obras por Administração Direta, as Transferências para Entidades Terceiras e a Gestão de Equipamentos destoam desta descida.

a) Total de Custos de 2015 por grupo de centros de custos

Grupo	Designação do Grupo	Custos de 2015	Custos de 2014
91	Obras por Administração Direta	284.094,46 €	157.369,03 €
92	Atividades Municipais	869.669,79 €	951.030,15 €
93	Transferências para Entidades Terceiras	748.249,31 €	702.657,16 €
94	Gestão de Equipamentos e Infraestruturas Municipais (Não inclui Edif. Adm.)	1.997.496,29 €	1.875.847,29 €
95	Custos de Estrutura	3.029.094,29 €	3.610.669,04 €
98	Custos das Funções	- €	- €
99	Custos Máquinas ou Viaturas	102.195,73 €	120.134,88 €
Total		7.030.799,87 €	7.417.707,55 €

Gráfico 21 - Representação gráfica do total de custos de 2015 por grupo de centros de custos





b) Apuramento por Função.

Conta	Funções	Valor em 2015	Valor em 2014
98	Funcional	7.030.799,87 €	7.417.707,55 €
98.1	Funções gerais	1.357.816,16 €	2.023.846,33 €
98.1.1	Serviços gerais da administração pública	1.313.427,31 €	1.986.620,72 €
98.1.1.01	Administração geral	1.313.427,31 €	1.986.620,72 €
98.1.2	Segurança e ordem pública	44.388,85 €	37.225,61 €
98.1.2.01	Proteção civil e luta contra incêndios	44.388,85 €	37.225,61 €
98.1.2.02	Polícia municipal	- €	- €
98.2	Funções sociais	2.440.196,32 €	2.362.728,35 €
98.2.1	Educação	373.373,97 €	239.440,17 €
98.2.1.01	Ensino não superior	165.983,73 €	91.173,17 €
98.2.1.02	Serviços auxiliares de ensino	207.390,24 €	148.267,00 €
98.2.2	Saúde	2.592,25 €	4.781,96 €
98.2.2.01	Serviços individuais de saúde	2.592,25 €	4.781,96 €
98.2.3	Segurança e ação social	80.386,98 €	62.091,01 €
98.2.3.01	Segurança social	- €	- €
98.2.3.02	Ação social	80.386,98 €	62.091,01 €
98.2.4	Habituação e serviços coletivos	809.644,92 €	851.403,24 €
98.2.4.01	Habituação	- €	- €
98.2.4.02	Ordenamento do território	23,83 €	189,58 €
98.2.4.03	Saneamento	211.830,18 €	231.477,78 €
98.2.4.04	Abastecimento de água	274.028,13 €	167.302,38 €
98.2.4.05	Resíduos sólidos	177.601,60 €	330.242,73 €
98.2.4.06	Proteção meio ambiente e conservação da natureza	146.161,18 €	122.190,77 €
98.2.5	Serviços culturais, recreativos e religiosos	1.174.198,20 €	1.205.011,97 €
98.2.5.01	Cultura	564.792,81 €	577.855,35 €
98.2.5.02	Desporto, recreio e lazer	592.892,65 €	601.056,02 €
98.2.5.03	Outras atividades cívicas e religiosas	16.512,74 €	26.100,60 €
98.3	Funções económicas	919.478,29 €	798.163,71 €
98.3.1	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	- €	6.698,99 €
98.3.2	Indústria e energia	168.467,48 €	97.025,99 €
98.3.3	Transportes e comunicações	648.765,07 €	617.876,53 €
98.3.3.01	Transportes rodoviários	648.765,07 €	617.876,53 €
98.3.3.02	Transportes aéreos	- €	- €
98.3.3.03	Transportes fluviais	- €	- €
98.3.4	Comércio e turismo	102.245,74 €	76.562,20 €
98.3.4.01	Mercados e feiras	29.145,49 €	29.024,25 €
98.3.4.02	Turismo	73.100,25 €	47.537,95 €
98.3.5	Outras funções económicas	- €	- €
98.4	Outras funções	2.313.309,10 €	2.232.969,16 €
98.4.1	Op. Da dívida da autarquia	- €	- €
98.4.2	Transferências entre administrações	427.600,31 €	419.279,88 €
98.4.3	Diversas não especificadas	1.885.708,79 €	1.813.689,28 €